

O MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

- DE JANEIRO DE 1946 A DEZEMBRO DE 1966 -

Nº 85



Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

O Ministério da Aeronáutica

- de janeiro de 1946 a dezembro de 1966 -



INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA

Rio de Janeiro

2024

FICHA TÉCNICA

O Ministério da Aeronáutica
– de janeiro de 1946 a dezembro de 1966 –

Edição

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Editor

Maj Brig Ar José Roberto Scheer

Autor

Cel Av Francisco José Degrazia Dellamora

Revisor

1S QSS SAD Antonio Roberto Duarte Gomes

Projeto Gráfico

Seção de Desenvolvimento Gráfico e Computacional

Diagramadora

3S QSCON TAD Paloma Santiago Gomes

Capa

2S QTA TCO Tiago de Oliveira e Souza

Impressão

RB Gráfica Digital Ltda

Rio de Janeiro

2024

Apresentação

Num certo dia do mês de setembro de 2023, fui contatado pelo autor deste trabalho, sugerindo que o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) publicasse um opúsculo que retratasse a participação do Ministério da Aeronáutica no panorama político reinante no Brasil no período abordado nesta obra, que seria um excerto “direcionado” dos volumes 4 e 5 da obra “História Geral da Aeronáutica Brasileira” (HGAB), publicado pelo Instituto.

O motivo alegado para tal, reside no fato de que a HGAB constitui-se numa coletânea de livros com mais de 900 páginas cada, cuja distribuição pode não abarcar todos os segmentos que deveriam alcançar. Em contrapartida, os opúsculos têm uma grande capilaridade na sua divulgação, atingindo todas as organizações da Força Aérea Brasileira (FAB), além de entidades civis e militares, e pessoas interessadas nos temas abordados.

Naquele instante, achei a proposta ótima e, quando me deparei com o conteúdo apresentado, constatei que a materialização daquela excelente ideia tornaria real a oportunidade de enriquecer a cultura dos nossos leitores, com ênfase aos corpos docentes e discentes das nossas escolas e aos jovens militares que vestem o azul. Esses privilegiados desfrutarão do produto de extensas, profundas e incansáveis pesquisas que redundaram no alto padrão de qualidade a ser disponibilizado.

O efervescente período de vinte anos que circunscreve o texto foi rico em relevantes acontecimentos, que deixaram marcas indeléveis nas décadas seguintes e valorizaram algumas personalidades notáveis da história do País. A participação do Ministério da Aeronáutica naqueles convulsionados tempos edificaram o valor da Instituição e dos vultos notáveis que tiveram papel preponderante nos marcantes episódios narrados neste trabalho, que provocaram as contundentes e necessárias mudanças de rumo, almejadas pela nação brasileira.

Chegamos ao culminante momento de abrir a primeira página e não mais parar de ler, até o final. Desfrutem, pois, desse bocado de conhecimento que ora lhes ofertamos.

Feliz leitura!

Maj Brig Ar José Roberto Scheer
Subdiretor de Cultura do INCAER

O MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

– DE JANEIRO DE 1946 A DEZEMBRO DE 1966 –

Francisco José Degrazia Dellamora



Marechal do Ar Eduardo Gomes

CONTEXTO HISTÓRICO

Os países derrotados na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), particularmente a Alemanha, embora toda a Europa tivesse passado por significativo trauma social, político e econômico, liberaram contingentes de ex-combatentes e operários que se tornaram massa moldável para radicalismos políticos de “direita” ou de “esquerda”.

Na Itália, a partir de 1919, Benito Mussolini criou o Fascismo ao impor-se ao Parlamento, engalanando-se com todos os faustos da Roma de outrora, em sintonia com o temperamento latino. Na Alemanha, Adolf Hitler criou o Nazismo em 1923, e tornou-se o chefe absoluto – o Führer – em 1933, como consequência dos métodos de extrema violência que aplicou na conquista do poder político. Ambos os regimes, considerados de “direita”, de estrutura totalitária, caracterizaram-se pelo primado da ação: ações fulminantes de forças paramilitares bem treinadas, que apresentavam fatos consumados ao povo perplexo, as quais estavam embasadas num tipo de propaganda convenientemente difundida por notórios especialistas, como Göebbels na Alemanha.

Àquela altura, as severas condições impostas à Alemanha pelo Tratado de Versailles, em decorrência da derrota alemã em 1918, ou já não eram obedecidas ou, talvez por conveniência, eram suavizadas pelas potências vencedoras. Estas sentiam-se acuadas

pelo Bolchevismo vitorioso na Rússia dos Czares (passou a denominar-se União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, entre 1922 e 1991), agora Rússia, que, sob a liderança de Lenin e Trotski, faziam transbordar a Revolução Comunista por toda a Europa, pondo em cheque o equilíbrio político-econômico conquistado pelas potências europeias em 1918.

França e Grã-Bretanha assistiam, paralisadas, tolerantes até o limite da prudência, a toda uma preparação bélica alemã, ao firmarem o Tratado de Munich em 1938, negociado pelo Primeiro-Ministro britânico Arthur Neville Chamberlain. A França, influenciada pelo forte Partido Comunista Francês orientado por Moscou, dava tréguas às ambições de Hitler, no interesse da política exterior da URSS já em negociações com a diplomacia alemã. Stalin visualizava um auspicioso futuro convívio entre iguais – não ratificado pela História, em que pesem as identificações das respectivas *práxis*.

Assim, a passividade dos antigos vencedores, fechando os olhos aos crescentes avanços imperiais e a fatos consumados pela Alemanha, seja à custa da integridade territorial da Tchecoslováquia, seja pela simples anexação da Áustria, teria que se transformar em confronto bélico, tão logo os exércitos alemães invadissem a Polônia. Era a *práxis* do Totalitarismo, impondo, pela força, seu presuntivo direito a um “espaço vital”.

A diplomacia alemã negociou com Stalin as condições de uma nova partilha da Polônia.

A sorte da Polônia já havia sido selada no conluio germano-soviético. A Segunda Guerra Mundial começara. A aparente fragilidade dos países democráticos induziu Hitler a imaginar-se vitorioso, haja vista a queda da França e o controle que exerceu sobre toda a Europa Central em 1940. A resistência britânica prosseguia, no entanto, personificada na figura de estadista e líder militar de Winston Churchill. A Batalha da Grã-Bretanha, travada nos céus das Ilhas, constituiu-se na primeira importante derrota da Alemanha. Derrota estratégica. Vitória do espírito de luta e abnegação da alma britânica, estimulada e liderada por Churchill num momento desesperador. A Royal Air Force, ao derrotar a Luftwaffe, marcou o começo do fim da Alemanha nazista.

As subsequentes vitórias dos exércitos da URSS, apoiados pela invasão do continente pelas Forças Aliadas comandadas por Eisenhower, e o inestimável e eficaz apoio logístico americano a todas as Forças engajadas contra Hitler selaram o fim do grande conflito, formalizado em 8 de maio de 1945, com a incondicional rendição alemã.

Os milhões de mortos e a destruição de tantos bens aconselharam um respeitoso interregno, que prevaleceria até 1947. A partir de então, a insanável incompatibilidade entre a URSS, sob a ditadura de Stalin, e os países satélites, de um lado, e os países ocidentais democráticos, liderados pelos Estados Unidos, de outro, iria marcar um longo período da chamada “Guerra Fria”. Configurava-se, desse modo, a inelutável antinomia entre

o Totalitarismo comunista e os regimes democráticos ocidentais. Não chegariam ao confronto bélico, todavia, contidos por uma nova estratégia que se impôs ao cenário mundial, após os devastadores ataques atômicos contra as cidades japonesas. Caso contrário, seria a mútua destruição, inaceitável.

O Brasil, sob a pressão de uma geopolítica irresistível e vitimado por torpedeamentos em sua frota mercante, fizera lógica opção ao aliar-se às potências democráticas. Embora a contribuição brasileira não tivesse sido das maiores, qualitativamente, o esforço do Brasil no Teatro de Operações italiano, em face do total despreparo do país para as responsabilidades de uma guerra como aquela, foi bem sensível. O engajamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) – uma Divisão de Infantaria e um Grupo de Aviação de Caça (1º GAvCa) – a par do papel militar que também desempenhou globalmente, em favor da restauração democrática do país, constituiu-se num importante elemento catalisador: iria motivar, democraticamente, as latentes forças políticas brasileiras, então contidas pelo regime de força do Estado Novo. Por outro lado, enfocando o Totalitarismo, a análise política internacional feita por estudiosos dedicados à busca de um antídoto para aquele mal lhe revelava os contornos, conforme o seguinte modelo genérico:

1. uma ideologia oficial, cobrindo os principais aspectos da vida humana;
2. um regime político de partido único, dirigido por um ditador;
3. uma tentacular organização policial, apoiada em práticas de delação;
4. o controle de todos os meios de comunicação social; e
5. o controle total da economia.



Emblema da FEB



Emblema do 1º GAvCa

Do confronto do modelo totalitário apontado, com o Estado Novo sob a ditadura de Getúlio Vargas, as identificações eram quase gerais, o que reforçava o ânimo dos democratas brasileiros dispostos a reagir. O caudal histórico brasileiro ia retomando o seu rumo na direção de um aprimoramento ético-político.

1 - NO BRASIL – A DERRUBADA DO ESTADO NOVO

Quadro histórico-político conjuntural

A gênese do Totalitarismo no Brasil remonta à dificultosa fase da institucionalização política dos ideais da vitoriosa Revolução de 1930, que iria resgatar o país de situação próxima ao caos sócio-político-econômico, devolvendo-lhe algum otimismo em relação ao futuro.

O regime político-eleitoral da chamada República Velha, período republicano que a Revolução de 30 interrompeu, caracterizava-se pela prevalência de interesses políticos e econômicos de uma elite que se polarizava em torno dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e, subsidiariamente, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Manipulavam as famosas eleições feitas “a bico de pena”, fraudadas por conseguinte, o que já se ia tornando insuportável para a consciência cívica do cidadão médio.

O grau de socialização política dos brasileiros e sua conscientização em relação às mazelas da República Velha ganharam, assim, expressão político-revolucionária na ação dos irredentos “Tenentes” da década dos vinte. A sentida inconsistência ética que envolvia a vida política do país, somada a uma crônica ineficiência na condução dos negócios públicos pelas lideranças políticas, constituiu a básica motivação que impulsionou os “Tenentes” em sua luta pelo aprimoramento geral dos costumes brasileiros. Foi um decênio tinto do sangue de tantos patriotas, a exemplo do épico episódio que passou à História como “Os 18 do Forte de Copacabana”, preâmbulo da longa marcha da

“Coluna Prestes”, pontilhando de combates contra as Forças Legais os 25.000 km percorridos em marchas e contramarchas por todo o território nacional, no período de 1924 a 1927. Era a mocidade militar do Exército – Siqueira Campos, Luiz Carlos Prestes, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, João Alberto – que comandava os destacamentos da “Coluna” guerrilheira, com a solidariedade de Eduardo Gomes, que se aprestava a unir-se ao movimento quando foi preso em Florianópolis – tentando despertar o Brasil, acomodado na modorra de um global atraso, com a ponta das baionetas do idealismo, finalmente vitorioso em 1930.

A Revolução de 30 vinha como reação da cidadania, sufocada em seus anseios éticos e de progresso. Com ela emergiu Vargas, unindo as forças políticas gaúchas, alçando-se a uma liderança nacional desejosa das mudanças de que os “Tenentes”, em seu idealismo, tinham sido precursores e, em seguida, co-vencedores.

Getúlio Vargas era filho de um Rio Grande do Sul modelado pelo autoritarismo positivista de um Júlio de Castilhos e de um Borges de Medeiros, que se sucederam no governo estadual, ao longo de um cinquentenário, com “mão-de-ferro”. Vargas, à testa da Revolução, articulador político que era, não se furtava àquelas influências de origem, ao tecer com frieza e paciência a rede dos condicionamentos políticos que considerava necessários ao país e ao seu poder pessoal, jogando com as ambições dos homens, cercado-se dos melhores quadros, admitindo, vez ou outra, a colaboração de certas mediocridades cordatas, por conveniência política.

O interesse nacional, porém, é de justiça assinalar, foi sempre o seu rumo, que, invariavelmente, coincidia com a trajetória de suas ações, discricionárias que fossem, nas esferas política, administrativa e diplomática, sempre apoiado na constelação de seus amigos fiéis e no Exército.



Getúlio Vargas

O FIM DO ESTADO NOVO

Getúlio Vargas se fez sentir à nação, durante os quinze anos de seu primeiro governo (1930-1945), como figura providencial. No período 1937-1945, agiu de forma discricionária. Nesta fase, com o Estado Novo, modelou o entendimento do povo, com o uso da propaganda oficial e a censura à Imprensa, para tornar-se o “grande benemérito”, o “pai dos pobres”, sem contestações. Era a época do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), impedindo o florescimento de qualquer tentativa com odor de democracia. O DIP patrocinava, com exclusividade, os fluxos das informações, em estreito contato com a polícia política.

A maestria com que Vargas conduzia os negócios públicos, inatacável quanto à probidade de seus quadros político-

administrativos, fê-lo cercar-se da mocidade idealista dos “Tenentes”, com quem governou – e os desgastou, na medida de seu interesse em mantê-los afastados da corrida presidencial. A exceção foi o “Tenente” Eduardo Gomes, Coronel da Arma de Aviação do Exército, que resistiu a todos os apelos de cerrar fileiras com Vargas ficando restrito às suas funções militares e afastando-se das preocupações políticas, gradativamente, a partir da Revolução Constitucionalista de 1932, em que atuou apoiando o Governo Provisório.

Eduardo Gomes só voltaria à política no momento da redemocratização do país, em 1945, já no posto de Brigadeiro e grande figura da Aeronáutica, como candidato voltado ao sacrifício, numa disputa presumivelmente perdida, uma vez que o grande eleito deveria ser Getúlio, em virtude do peso de uma popularidade cinzelada pela força da propaganda, sem contestações, durante sete anos.

Em agosto de 1942, o Brasil reconheceu o estado de beligerância com a Alemanha e Itália e, em julho de 1944, embarcava a Força Expedicionária Brasileira para a Itália. Porém, a digna atuação dos contingentes brasileiros que lutaram ao lado das potências democráticas ocidentais, em terra, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes e, no ar, com o 1º GAvCa, comandado pelo Major Aviador Nero Moura, ex-Ajudante de Ordens de Getúlio Vargas, iria ensejar especulações a uma represada oposição política no Brasil quanto à dualidade de um país que lutava contra o Totalitarismo ítalo-alemão, enquanto o praticava em sua intimidade nacional.

A entrada do Brasil na Guerra, ao lado das potências democráticas, embora carregando certos benefícios ao país, evidenciou, de fato, estrutural contradição política: uma luta, em dimensão planetária, contra as potências totalitárias, fascistas, não sintonizava com um aliado praticante do Fascismo. A aliança brasileira com os Estados Unidos, inevitável, não se coadunava com uma parceria de mistura fascista. Tal situação gerava a perplexidade que a oposição requeria para reforçar sua ação contra o Estado Novo. Mas Vargas, provavelmente influenciado pelo DIP, continuava superestimando suas forças diante de um quadro político que, de fato, ia assumindo crescentes posições de antagonismo à “contradição brasileira” personificada no Presidente.

Enquanto isso, a Força Expedicionária Brasileira marcava sua presença na Europa, Itália, onde o 1º GAvCa cumpria, dignamente, o seu dever, superando-se nos êxitos, mesmo em comparação aos seus pares da United States Army Air Force (USAAF). A FAB assumia pesadas responsabilidades ao engajar-se em luta na Itália e no litoral brasileiro ameaçado por submarinos inimigos. O Brigadeiro Eduardo Gomes comandava o relacionamento, delicado, com as forças norte-americanas aliadas, no “Saliente Nordeste – o Corredor da Vitória” – na Segunda Zona Aérea (2ª ZA), acumulando com suas anteriores funções como Diretor de Rotas Aéreas, para garantir apoio ao Correio Aéreo Nacional (CAN), a que ele dedicava uma atenção e um carinho inexcusáveis. Até então Eduardo Gomes mantivera-se afastado da política, tendo

apenas contatos sociais com o Interventor Agamenon Magalhães em seu gabinete, no Recife, Pernambuco.

No cômputo geral, porém, o quadro político tornou-se favorável a Vargas: a política externa do Brasil, sob influência de Oswaldo Aranha, tinha levado o país a se engajar na luta comum ao lado das potências democráticas, e Getúlio ameaçava o prestígio decorrente dessa lógica; no plano interno, o destruído Partido Comunista, em fase de reorganização sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, recém-anistiado, aliara-se ao Estado Novo, mudando completamente sua antiga atitude de combate a Vargas – o que se explicava pela ofensiva alemã contra uma perplexa URSS de Stalin, incrédulo ante as informações que recebia sobre a iminente traição de Hitler – mas sublinhava, por outro lado, a evidente subordinação do Comunismo brasileiro às diretrizes de Moscou, preocupando a polícia política de Vargas, que não afrouxou seus controles sobre Prestes e seus seguidores.

Julgando-se politicamente forte, Vargas dispôs-se a mais um avanço na direção da consolidação de seu poder pessoal: suspendeu a aplicação do artigo 175 da Constituição de 1937, que fixava, para 1943, um plebiscito que definiria o destino político do país, isto é, com ou sem a Carta de 1937. Essa iniciativa, que suprimiu o referendo popular, atendia aos objetivos políticos de Vargas: seu mandato passava a ser indeterminado, como ambicionava, sem prejuízo dos reforçados poderes pessoais. Com isso, porém, fora longe demais. O que ele interpretara como força iria revelar-se fraqueza, como os futuros

desdobramentos políticos o demonstrariam. O Brasil era grande demais para manter-se, indefinidamente, na órbita de uma comunicação social propagandística governamental, que acabou por deturpar, aos olhos do Poder, a real postura crítica da “inteligência” brasileira. Vargas enganara-se e iria pagar por seu engano.

O cancelamento do plebiscito também preocupou, sobretudo, as politizadas elites de Minas Gerais. Aos juristas mineiros – para quem Francisco Campos era uma ovelha tresmalhada – que, além dos naturais anseios por um “estado de direito”, refletiam aquele histórico conservadorismo e liberalismo presentes na Inconfidência, repugnou o Decreto-Lei getuliano. Não era aceitável mais um sacrifício dos ideais libertários, de raízes tão mineiras, para um fortalecimento totalitário, como não deixavam dúvidas aquelas intenções de Vargas. Minas Gerais protestou: as figuras mais representativas da sociedade mineira, de todas as profissões, lançaram, em outubro de 1943, o famoso “Manifesto Mineiro”, de impacto considerável nas hostes do Estado Novo, que reagiu com toda sorte de represálias contra os signatários, a partir do líder liberal Virgílio de Melo Franco, que apoiara Getúlio no episódio da declaração da Guerra. Em nove páginas de considerações político-filosóficas, o “Manifesto” culminava com um apelo ao senso comum: “Se lutamos contra o Fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a Liberdade e a Democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam”.

Ao “Manifesto” seguiram-se declarações e atitudes políticas de comunidades como a dos escritores, a dos professores e a dos jornalistas, que se tornaram públicas, burlando a vigilância da censura oficial. Esta se desmoralizou de vez ante a célebre entrevista publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, em fevereiro de 1945, concedida ao jornalista Carlos Lacerda pelo revolucionário de 1930, ex-Ministro de Vargas, o notável político e escritor paraibano José Américo de Almeida. Essa entrevista foi o aríete contra a censura da Imprensa, que ainda impedia os bons ventos da livre discussão democrática.

Ainda em fevereiro de 1945, Vargas promulgou Lei Constitucional, fixando eleições para Presidente da República. Seguiu o conselho de seu Ministro da Justiça, Francisco Campos, ante a evolução adversa do quadro político, “para que fizesse oposição ao seu próprio Governo”, a fim de respirar e tentar uma reversão.

A oposição apresentou como candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes. Dessa forma, tentava tornar irreversível um eventual recuo de Vargas quanto às eleições, evidenciando um perfil histórico de alguém que se negara aos acenos e apelos que lhe dirigira o Ditador dentro de sua estratégia política de procurar, a todo transe, envolver os “Tenentes”. Consolidou-se o processo eleitoral com a presença de outro candidato, o General Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra de Vargas. Isso, em última análise, barrava totalmente qualquer intenção continuísta de Getúlio.

À crescente desconfiança do Exército em relação aos propósitos continuístas de

Getúlio somava-se a ação oposicionista que se ampliara a partir do “Manifesto dos Mineiros”. Tão logo a Força Expedicionária Brasileira regressou da Itália, já se esboçou um consenso militar das três Forças contra a permanência do Estado Novo. Percebendo o problema, Vargas acelerou sua ação política com manifestações de rua programadas por seus partidários e outras articulações políticas, sobressaindo as que ele tentou por intermédio de seu amigo General Oswaldo Cordeiro de Farias, recém-chegado com a FEB, da Itália, com quem discutia a apresentação de um candidato *tertius*¹. Cordeiro de Farias obtivera a anuência do Brigadeiro à tese do *tertius*, que se prontificou a retirar sua candidatura em favor de um candidato de conciliação.



General Eurico Dutra

Antes de Cordeiro de Farias ter dirimido suas dúvidas quanto às intenções de Getúlio, o quadro político nacional aparentava certa lógica na forma como estava estruturado. As eleições tinham sido marcadas pela maestria política de Vargas. Os lançamentos das candidaturas do Brigadei-

ro e de Dutra atestavam a montagem de toda uma dialética que Getúlio sabia imprevisível para muitos, mas que, para ele, desaguaria num período a mais de governo discricionário, sua vocação incoercível, e para isso manobrou com os movimentos populares “queremistas” (Queremos Getúlio) e “Constituinte com Getúlio”, que o próprio Vargas incentivou, em vão.

Mas a marcha dos acontecimentos iria atropelar Vargas, que, insistente em seus propósitos continuístas, determinou, intempestivamente, certas mudanças político-administrativas de decisiva importância para a manutenção do calendário democrático. O Exército interpretou-as como parte do plano continuísta, já deflagrado nas ruas, e pôs em prática o que muitos generais já vinham articulando, sob a liderança do General Góis Monteiro, o novo Ministro da Guerra: a deposição branca de Getúlio Vargas, consumada em 29 de outubro de 1945. Era o fim do Estado Novo e do Totalitarismo no Brasil.

UM EPISÓDIO À MARGEM DA HISTÓRIA

Os Expedicionários haviam regressado, cobertos do aplauso do país, e dispersaram-se, sendo acolhidos por todo o Brasil, em sintonia com suas mais profundas crenças democráticas. O grupamento aéreo expedicionário integrou-se à FAB, na Base Aérea de Santa Cruz, que se tornou a sede do 1º GAvCa, comandado pelo já agora Tenente-Coronel Aviador

1 Optar por uma outra escolba, optar por uma terceira escolba.

Nero Moura, O fiel amigo do Chefe do Governo assumira, em 8 de setembro de 1945, o Comando daquela Base que se situava na área jurisdicional da Terceira Zona Aérea (3ª ZA), comandada pelo Brigadeiro do Ar Fábio de Sá Earp.

Sabia Nero Moura que a quase totalidade dos oficiais do Grupo, a despeito da amizade, admiração e disciplina entre comandante e comandados, sentimentos que tinham sido curtidos nas asperezas do *front* italiano, não concordava com o Estado Novo. Por conseguinte não endossaria, militarmente, uma legítima atitude de cunho pessoal pró Getúlio Vargas, mesmo que partisse de quem os comandara com tanta isenção política, valor e nobreza. Por ocasião dos acontecimentos político-militares que culminaram na deposição de Vargas, – foi comentado na época – o Comandante da 3ª ZA mandou chamar Nero Moura e o interpelou: “As Forças Armadas estão unidas para depor o Presidente Vargas. O senhor está conosco ou com o Presidente?”

A resposta de Nero Moura, já sabida por todos os que conheciam a inteireza de seu caráter, só podia ser uma: “Com o Presidente!”. “O senhor está preso”, concluiu o Comandante da Zona Aérea.



Brigadeiro do Ar
Nero Moura

Eis um pequeno episódio, à margem da História, que realça a grandeza de Nero Moura.

CONSEQUÊNCIAS PARA A AERONÁUTICA BRASILEIRA

Durante três meses após a queda de Getúlio Vargas, a Presidência da República foi exercida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, por consenso do Alto-Comando das Forças Armadas.

Nesse período realizaram-se as eleições para o Congresso Constituinte e para a Presidência da República. O General Dutra foi eleito Presidente.

A posse de Dutra, em 31 de janeiro de 1946, significou para o país clara inflexão na direção de um modelo político bem próximo das convicções liberais e democráticas do Brigadeiro Eduardo Gomes. A disputa eleitoral entre Dutra e Eduardo Gomes correspondeu, de fato, não a uma pugna pelo poder, mas a uma nacional comemoração cívica pela vitória dos princípios democráticos de um estado de direito sobre o Fascismo do Estado Novo.

Na realidade, Eduardo Gomes teve o grande mérito de ter sido insistentemente convocado pela resistência democrática do país, politicamente nucleada em Minas Gerais em torno de Virgílio de Melo Franco, não podendo escapar, uma vez mais do seu destino e do seu passado, por mais que se esquivasse, sendo impedido àquele novo sacrifício. Os ideais dos “Tenentes” e os da Aliança Liberal, ainda não institucionalizados, permaneciam marcando o seu rumo.

No cômputo final, do que ficou das eleições de 1945-1946, constatou-se que o comando da política nacional e seu embasamento eleitoral, bem como a estrutura dos interesses políticos do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tradicionais lideranças rurais e proletariado, respectivamente, continuavam firmemente nas mãos de Vargas. Ele conseguira manter incólume a imagem demagógica do “nacionalista amigo dos pobres”, exibida em fotos oficiais, como uma figura simpática e paternal ao povo. Esculpiram-na o DIP e a Censura, com o apoio da polícia política.

Repetia-se o aforismo: “em política não se perde com honra, perde-se simplesmente”. Com Dutra, Vargas ganhara, e se “recolhera aos pagos”²² num aparente ostracismo. Com a simpatia das camadas urbanas mais cultivadas da sociedade brasileira, Eduardo Gomes voltou à sua Aeronáutica e ao Correio Aéreo Nacional, reassumindo a Diretoria de Rotas Aéreas.

A circulação de riquezas refletia o precário sistema de vias de comunicação com o oeste do país, continuando o progresso brasileiro restrito ao litoral.

As populações do interior, “ilhadas” pela inexistência de condições de transporte e estimuladas pelo rádio ao apelo

das benesses do progresso, começavam a pressionar não só as estruturas do poder público, mas também os interesses privados, no sentido de que lhes acorressem em melhorar a vida, em já inaceitável estado de necessidade. A “presença do avião onde ainda não chegara o caminhão” passou a significar uma proposta inicial àquela sede de participação, na esfera das possibilidades do transporte aéreo. Com isso, o “arquipélago” iria beneficiar-se com a restauração do regime democrático no país, meta inicial das lutas a que se dedicara Eduardo Gomes para o aprimoramento global do Brasil desde 1922. Suas ilhas populacionais já teriam como apresentar demandas de melhoria social, por meio dos condutos políticos institucionalizados pela Democracia, garantindo o assédio aos centros de decisão política.

A tais fatos, Eduardo Gomes não poderia ser estranho, uma vez que seu imenso prestígio entre os representantes do povo o levou a objetivar, na Constituinte, as providências para a formalização do que se constituiria em positiva contribuição do Ministério da Aeronáutica, e do seu CAN, à vida do país, em reforço à sua imagem cívico-militar.

Um reflexo dessa situação foi a adjudicação ao CAN do galardão e da responsabilidade como “serviço de interesse público”, em inciso da Constituição de 1946.

2 Para os gaúchos, pagos significa o lugar que nascemos, nosso lar, rincão, querência.



Desse modo o CAN, que no âmbito da Aeronáutica Militar oferecia contribuição altamente qualitativa à integração nacional, viu-se priorizado entre o elenco das atividades do Ministério, que mantinha seu alto conceito, militarmente consagrado na Itália pelo Grupo de Aviação de Caça expedicionário, e que agora se consolidava aos olhos civis da nação pelo CAN.

Tendo à frente o Ministro Armando Trompowsky de Almeida (outubro de 1945 – janeiro de 1951), engrandecia-se, pois, uma FAB de paz num momento pós-guerra, em que se ensarilhavam armas e se arrefeciam ânimos guerreiros, com o mundo ainda perplexo ante a nova verdade político-estratégica que a Segunda Guerra destilara, ao explodirem as duas bombas atômicas, isto é, de que não haveria mais guerras.



Marechal do Ar Trompowsky

Durante o Governo Dutra (1946-1951), a FAB vivia a mística do Correio Aéreo Nacional, enquanto seu grande incentivador, o Brigadeiro Eduardo Gomes, era promovido ao último posto da carreira militar, à frente da Diretoria de Rotas Aéreas. Sua figura, no entanto, já transcendia, de muito, os horizontes do Ministério da Aeronáutica. As pessoas sentiam irradiar dele uma aura de honradez, sinceridade e coerência com os antigos ideais dos “Tenentes”, para quem “à Pátria tudo se deve dar, nada se deve pedir, nem mesmo compreensão”, na expressão do Tenente Siqueira Campos, seu dileto amigo, precocemente falecido. De fato, Eduardo Gomes há muito se tornara o arquétipo de todas as virtudes cívicas relevantes do país. Quisesse ou não, já empunhara uma bandeira – a da Justiça e Liberdade – como a síntese de todo seu apostolado.

A União Democrática Nacional (UDN), que encarnava a resistência democrática no combate vitorioso ao Estado Novo, fascista, e que convocara Eduardo Gomes em nome dos valores que o tinham mobilizado por toda uma vida de sacrifícios, incorporava de forma honorífica o Brigadeiro como a personificação daqueles ideais, com o propósito de garantir a consolidação do Estado democrático. Eduardo Gomes jamais se livraria do ônus de eterno candidato da UDN que lhe afivelaram. A eterna vigilância seria o destino de quem elegera Justiça e Liberdade como razão de viver. O Brigadeiro voltou a perder outra eleição, novamente como candidato da UDN, em 1950. O intervalo entre os dois pleitos, o de 1945 e o de 1950, tinha-o vivido Eduardo Gomes

como oficial-general, Diretor de Rotas Aéreas. Embora dedicado aos afazeres de sua alta função militar, não pôde evitar certa polarização política no âmbito de sua corporação militar, o que ocorreria num controlado processo dialético, desde sua fase inicial até 1950. O regresso de Getúlio Vargas ao poder, como candidato vitorioso em pugna eleitoral democrática, facilmente previsível, dado seus antecedentes de liderança popular, marcou, porém, alguma radicalização no referido processo, em face de novos elementos qualitativos surgidos. Todavia o ambiente em todos os escalões do Ministério da Aeronáutica era de trabalho.

2 – EVENTOS POLÍTICOS E SUAS REPERCUSSÕES NA AERONÁUTICA

O SUICÍDIO DO PRESIDENTE VARGAS

A primeira metade do século XX, cujo início coincidiu com o nascimento da própria Aviação, encontrou, no seu término, um Brasil aeronáutico organizado, pela convergência de todas as vontades, em um Ministério singular. O período histórico que se iniciou com a criação do Ministério da Aeronáutica, 1941 até 1950 – somente 10 anos – foi rico em fatos de notável significação para o futuro da Aeronáutica e descritos no Volume 4 do livro “História Geral da Aeronáutica Brasileira”, editado pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER).

O inexcusável esforço dos que naqueles poucos anos sonharam, organizaram e operaram a Aeronáutica no Brasil já fora suficiente para apresentar brilhantes re-

sultados, conforme expressam os juízos que se seguem, em voga nos órgãos de imprensa, formadores de opinião: “No destino do Brasil, a Aeronáutica já escreveu duas páginas que não morrerão mais: a epopeia do Correio Aéreo Nacional e o episódio da participação do 1º GAvCa na guerra contra o Eixo. O primeiro é mais lento, mais humilde, mais despojado, mais constante, como em todas as vezes que se constrói; o segundo é mais fulminante, mais rápido, mais intenso, mais dramático, como em todas as vezes que se combate. Ambos completam as duas faces da Aeronáutica: a que, voltada para o Brasil, prepara a Nação para seus filhos; e a que, voltada para o inimigo, defende a Pátria com o seu sangue. Ambas têm seus heróis, seus mártires, seus precursores.

Um quarto de século passou desde que o primeiro avião do Correio Aéreo Militar voou entre o Rio de Janeiro e São Paulo (12 de junho de 1931). Os feitos do Grupo de Caça na Itália são mais recentes; porém já se vão alguns anos desde que regressaram os expedicionários heroicos. O Correio Aéreo Nacional tem um nome que é seu símbolo: o do Brigadeiro Eduardo Gomes. A força individual do seu caráter contagiou, irradiou, iluminou seus companheiros. O 1º GAvCa agiu como equipe, e a expressão coletiva se encontra em seu Comandante, o Coronel Nero Moura.”

O clima de desforra em que o êxito eleitoral de Getúlio Vargas poderia, a juízo de alguns interessados, envolver o país, dissipou-se na legitimidade democrática que o governo Dutra se esmerara em sistematizar. O segundo governo Vargas, após quinze anos, intervalado pelo Go-

verno Dutra, iria estruturar-se em função das composições políticas que lhe dariam suporte no Congresso.

Assim, os Ministros das Pastas civis foram indicados pelos partidos políticos ou por interesses econômicos, sem o carisma da lealdade dos amigos de épocas passadas. Os ministros militares foram escolha pessoal. Nero Moura, que, em sequência aos eventos da deposição de Vargas, em 1945, havia passado para a Reserva como Coronel, assumiu a Pasta da Aeronáutica (janeiro 1951 – agosto 1954), sendo fácil compreender a opção de Getúlio pelo herói da FAB guerreira, Comandante que fora do Grupo de Aviação de Caça expedicionário. Um breve murmúrio de perplexidade foi tudo o que aconteceu nas altas hierarquias fabianas, enquanto a oficialidade em geral aplaudiu a escolha.

A nova administração preocupou-se em extinguir a polarização política da FAB, unindo-a em torno dos seus valores reais, isto é, o Correio Aéreo Nacional e o adestramento militar típico da Aviação. O primeiro aspecto implicaria prestigiar a figura de seu símbolo, Eduardo Gomes. O novo Ministro demonstrou notável sensibilidade e perspicácia política: reafirmou o apoio ao CAN e o seu apreço ao Brigadeiro, convocando para participar de seu gabinete os colaboradores próximos a Eduardo Gomes e pioneiros do Correio Aéreo Nacional.

Uma vez mais contava Getúlio com alguém de sua absoluta confiança pessoal à frente do Ministério militar. Repetia-se com Nero Moura o que acontecera com Salgado Filho, ao ser criado o Ministério

da Aeronáutica: havia aquela inquebrantável fidelidade e a afeição do Ministro ao seu Presidente, acrescidas, no caso de Nero Moura, das mesmas cicatrizes e decepções do 29 de outubro de 1945. Mas, que importavam tais reminiscências diante da vitória eleitoral de Vargas, agora Presidente Constitucional?

Getúlio voltava a assumir a liderança da política nacional, com o simbólico apoio das Forças que haviam derrotado o Fascismo. Isso representava um compromisso para o novo Presidente altaneiro: a formal reconciliação com a Democracia, que ele acrescentou ao solene juramento constitucional de posse perante o Congresso Nacional.

Um dos principais objetivos políticos de Getúlio era o de fortalecer o seu Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para enquadrar politicamente a massa proletária, já sob a influência do Comunismo. Para isso, iria desenvolver uma espécie de Trabalhismo oficial, que redundaria no chamado “peleguismo”, isto é, lideranças dóceis à orientação do Governo, em troca de privilégios.

A escolha de João Goulart (Jango) para o Ministério do Trabalho, um jovem e arguto fazendeiro, o amigo certo das horas de ostracismo de Vargas na campanha gaúcha, carreou certa desconfiança do Exército. O despreparo total de Goulart para as novas responsabilidades ficou patente ao se cercar de um sindicalismo de “pelegos”, enquanto comunistas mais agressivos já ensaiavam seus métodos para usurpar o poder, frouxo nas mãos de Goulart.

Certa agitação deflagrada na área proletária também preocupou o Exército, chegando a esboçar-se uma crise com o “Manifesto dos Coronéis”, um pronunciamento contra a imprudente política de Jango no Ministério, o que obrigou Vargas a privar-se do seu dileto amigo, com as frustrações decorrentes.

Daí por diante, na medida em que se observava uma certa apatia do Presidente para o exercício do jogo democrático, novas crises se anunciavam, avolumando uma oposição implacável, que, a partir de certo momento, foi monopolizada pelo político e temível jornalista Carlos Lacerda, histórico adversário do Estado Novo.

Do seu jornal carioca, *Tribuna da Imprensa*, de pequena tiragem, partiam denúncias e acusações em alto tom emocional, que provocavam imediatas consequências políticas, ficando o Judiciário a reboque dos acontecimentos. Tal situação ia minando o equilíbrio político-institucional do país, inclusive o das Forças Armadas, em que já se identificavam grupos de oficiais inconformados com aquele estado de coisas.



Carlos Lacerda

Na Aeronáutica, um grupo de oficiais da Diretoria de Rotas Aéreas passou a acompanhar Carlos Lacerda em seus compromissos de homem público, dando-lhe apoio moral. A virulência dos ataques de Lacerda ao Governo Vargas ultrapassava a praxe democrática dos confrontos. Por outro lado, o Presidente não recebia o desagravo do Congresso, ficando, praticamente, sem defesa, a não ser do jornal *Última Hora*, que era um dos focos das denúncias de corrupção feitas por Lacerda, portanto sob certa suspeição. De qualquer modo, a série histórica que focalizamos obedecia a uma lógica de crescente aquecimento político, sem que se vislumbrasse ainda a sombra de qualquer desenlace.

No Serviço de Segurança Pessoal do Presidente, cuja Guarda de corpo estava entregue a elementos desqualificados, que iam granjeando certa preeminência nos negócios da República, à revelia de Getúlio, era notória a ignorância temperada de astúcia do Chefe da Guarda Pessoal, Gregório Fortunato, vindo da peonada das estâncias gaúchas, com o hábito de extrema fidelidade ao chefe, tradição dos pagos fronteiriços. O governo, sob a pressão das denúncias sobre corrupção atribuída a Gregório Fortunato, ainda não usara de todos os seus meios para esclarecimento dos fatos apontados ou punição de culpados, quando se deu o histórico acaso do assassinato do Major Rubens Vaz. Desarmado, acompanhava Carlos Lacerda até sua residência na Rua Toneleiro. O alvo, Lacerda, apenas foi ferido no pé. Certas evidências associaram o ato criminoso à Guarda Pessoal do Presiden-

te, decidindo o governo mandar apurar o crime, com um Inquérito Policial Militar (IPM), presidido pelo Coronel Aviador João Adil de Oliveira.

O enterro de Rubens Vaz tornou-se um acontecimento cívico, com marcha popular conduzindo o féretro, do Clube de Aeronáutica ao Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, por aproximadamente oito quilômetros. Causou profunda emoção o reaparecimento de Eduardo Gomes acompanhando a passeata fúnebre, de tempestuosa significação política, e sua declaração de que “para a honra do país o crime não poderia ficar impune”. Era também o sentimento geral do Brasil.

O IPM, devido ao afluxo de ajuda geral à “República do Galeão”, como a imprensa batizara o local onde se realizava o IPM, ia caracterizando a participação criminosa da Guarda Pessoal do Presidente. A área militar passou a solidarizar-se com a oposição, agora liderada por um Carlos Lacerda mártir. Iniciais acenos à saída voluntária de Getúlio Vargas da Chefia do Governo transformaram-se em apelos dramáticos. A renúncia passou a ser uma imposição ético-política nacional, tal a pressão dos acontecimentos. Segundo testemunhas da época, Vargas, profundamente sensibilizado com o envolvimento de sua Guarda no crime, disse que “um verdadeiro mar de lama corre nos porões do Palácio”. Côncio, porém, da legitimidade de sua posição de Presidente eleito, declarava que “só sairia morto” da função que lhe adjudicara o povo brasileiro.

Na Aeronáutica, cenário dos acontecimentos que atingiam Getúlio Vargas

e, conseqüentemente, seu fiel amigo, o Ministro Nero Moura, passou a não haver condições de governabilidade, pelo tumulto em que se encontravam os seus Quadros. A apatia do Presidente, não se defendendo convenientemente, seja no Congresso, seja no Judiciário, e sem o poder de criar uma comunicação social isenta, fez Nero Moura pedir demissão.

Já demissionário, ainda tentou preservar o mandato e a autoridade do Presidente, sugerindo-lhe que fosse ouvido o líder Eduardo Gomes quanto à escolha de novo Ministro. Por indicação de Nero Moura, e com a aquiescência de Eduardo Gomes, encontrara-se alguém que reunia a dupla condição de amigo dos dois líderes e com o respeito dos militares da Aeronáutica, fundamente emocionados com o assassinato do Major Rubens Vaz. A indicação - Brigadeiro Raimundo Dyott Fontenelle - era a solução consensual, já tendo ele consentido nas articulações em torno de seu nome.

No entanto, relatou Nero Moura, que os esforços que empreendia foram suspensos diante da nomeação, feita à sua revelia, do Tenente-Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos (18 de agosto de 1954). Nessa oportunidade, ao manifestar sua surpresa ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência, Lourival Fontes, sublinhando a impopularidade de Epaminondas junto a uma Aeronáutica convulsionada, ouviu deste: “Estou de acordo que estamos no fim”. Eduardo Gomes reagiu, considerando tal nomeação “uma afronta à Aeronáutica”: reuniu todos os brigadeiros no Clube de Aeronáutica e fez difundir o “Manifesto dos Brigadei-

ros”, que exigia a renúncia de Vargas, obtendo a solidariedade dos Chefes do Exército e da Marinha.

Nesse ponto sente-se a falta de um elo histórico que explique a decisão de Vargas, que afrontou a Aeronáutica e sua ética militar. Por que Vargas teria feito a surpreendente opção, contrária àquela aconselhada, com conhecimento de causa, por seu leal amigo, Ministro demissionário, esperançoso de uma saída para a crise? A dubiedade de Vargas, autorizando a gestão de Nero Moura enquanto acolhia outro tipo de assessoria, é flagrante no insólito episódio aqui focalizado, e que ilustra a frontal colisão de duas éticas, a militar e a política. Pela escolha do substituto de Nero Moura e pela reação de Eduardo Gomes pode-se compreender o conseqüente agravamento da crise política, que alcançou nível institucional.

O pólo ético refletia a presença ostensiva e decidida de Eduardo Gomes em sua histórica e definitiva oposição política às formas ditatoriais de Governo, personificadas em Vargas, ao longo da História Contemporânea brasileira. Eduardo Gomes era, em última análise, apoiado por um Congresso Nacional, até então indiferente à agonia getuliana, mas agora mobilizado por lideranças oposicionistas, clamando pela renúncia do Presidente. O flagrante histórico mostrava um governo sem defensores à altura do momento político, catalisando a união das oposições que se avolumavam contra ele, liderando-as Eduardo Gomes, com o tácito apoio das Forças Armadas.

O que se processava no país era, de fato, o julgamento político do Presidente da República, num momento extremamente adverso a ele, sabendo-se, antecipadamente, do veredicto a que a Oposição chegaria. E o Presidente acabou por se suicidar, em 24 de agosto de 1954.

No Brasil da década de 50, o Rio de Janeiro, capital do país, era a fonte de irradiação política, sede de importantes jornais e estações radioemissoras. A TV engatinhava. A comunicação fazia-se sem a potencialização emotiva dos dias atuais, em que o acontecimento é instantaneamente vivido, em cores, na casa de cada cidadão. Desse modo, os acontecimentos políticos do Rio de Janeiro tinham sua repercussão amortecida, ao serem recebidos em outras partes do continente brasileiro. E a “República do Galeão” fora um fenômeno predominantemente carioca. Há casos, todavia, em que a informação dispensa os efeitos de sofisticados mecanismos para ser transmitida: é quando ela própria contém o explosivo que lhe garante a certeza de atingir todos os confins. Foi o que aconteceu com a notícia do suicídio de Vargas.

A informação explodiu e expôs uma outra realidade, que não correspondia à das emoções políticas, desde o crime da Rua Tonelero: Getúlio fora e continuaria a ser, no coração dos brasileiros, a figura cinzelada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo, que incutira, por todos os quadrantes, uma historicidade de paternal colorido, esmaecendo todos os demais horizontes.

O NOVO PRESIDENTE E MINISTROS

Em cumprimento à regra institucional, assumiu a Presidência da República o Vice-Presidente João Café Filho, para completar o mandato de Getúlio, até a posse de novo Presidente, a ser eleito em fins de 1955. Por razões compreensíveis, devido à delicada situação emocional do país, em particular na área sindical, atenção especial foi dispensada ao aspecto da segurança pública.

Após algumas tentativas de perturbação da ordem pública serem absorvidas e neutralizadas pela prudência de Café Filho, reequilibraram-se as instituições democráticas do país. Para tanto não faltaram ao novo Presidente o civismo e o espírito legalista das Forças Armadas, em apoio aos atos sucessórios e ao controle de um início de subversão da ordem por ativistas profissionais do clandestino Partido Comunista, infiltrados na massa trabalhadora compreensivelmente emocionada.

O fator “ordem pública” passou a exigir um ativo acompanhamento por parte das Forças Armadas, cabendo ao Exército maior parcela de responsabilidade. Por isso o novo Presidente, ao organizar seu Ministério, manteve o Ministro da Guerra de Vargas, General Zenóbio da Costa, por algumas semanas, substituindo-o, em seguida, pelo General Henrique Lott, indicado que fora pelo Chefe do Gabinete Militar, General Juarez Távora, que o considerava um chefe disciplinado e disciplinador, com invejável fé de ofício profissional. Na Marinha assumiu o Almirante Amorim do Vale, com o aplauso de sua classe. Na Aeronáutica, por ra-

zões histórico-políticas, impôs-se o nome do Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes (agosto 1954 – novembro 1955).

Em seu livro de memórias “Do Sindicato ao Catete”, Café Filho declara:

“Uma vez no Palácio das Laranjeiras, em 24 de agosto de 1954, iniciei contatos para a formação do Governo. Já havia encaminhado, por intermédio de Prado Kelly, um apelo ao Brigadeiro Eduardo Gomes para que aceitasse a Pasta da Aeronáutica. Na composição do Governo, minha preocupação inicial volta-se para a Aeronáutica. Eu já havia, entretanto, antes da conversa com Prado Kelly, tomado a deliberação de convidar Eduardo Gomes. Tudo aconselhava a sua escolha: a posição de líder na Aeronáutica, as qualidades morais, o prestígio militar e civil. Era, dentro das condições do momento, o Ministro natural e indispensável. Dirigi-lhe, por isso, um apelo veemente, por intermédio de Prado Kelly, para que aceitasse a Pasta. Era um convite que eu colocava em termos de patriotismo e endereçava não ao político, porém ao soldado eminente, que não poderia ficar insensível à gravidade da situação nacional. Prado Kelly saiu, e fiquei confiante em que Eduardo Gomes não deixaria de atender ao meu chamado, muito menos meu que dos interesses do país e dos anseios de paz dos brasileiros. Ao tomar conhecimento de sua aquiescência ao meu convite, declarei-lhe que adotaria o sistema de prestigiar os meus Ministros. Não fez o Brigadeiro comentários nem indagações. Ostentava uma calma exemplar dentro do ambiente de apreensões gerais”.

Café Filho fora alçado à Chefia do Governo por força de uma democrática dinâmica institucional, em face da tragédia do 24 de agosto. Para superar uma sombria realidade de instabilidade política e amea-

ças à ordem pública, Café Filho convocou ilustres brasileiros como Eugênio Gudin, Munhoz da Rocha, Prado Kelly e outros, que lhe compuseram o ministério, na busca de uma eficaz sustentação. Não lhe faltaram bom senso e prudência para a manutenção de um *status quo* de estrutura legal. A grande ambição de Café Filho, cumprido o restante do mandato getuliano, era passar o governo ao candidato a ser eleito em fins do próximo ano, 1955.



Presidente Café Filho

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE JUSCELINO KUBITSCHEK

O desastroso final da era Vargas deu margem a se instalar no país generalizada discussão em torno do aprimoramento das instituições geradas pela Constituição de 1946, principalmente sob o aspecto da legislação eleitoral. O sistema vigente não era considerado o mais adequado, já que possibilitava a eleição de um Presidente com menos de um terço dos votos do corpo político brasileiro. Tornava-se mister modificar as regras. No entanto, o Legislativo se mostrara insensível. Porém, no Brasil dos anos 1954-1955, nos círculos das elites intelectuais e políticas, já se discutia a tese da maioria absoluta. Mas, para os políticos ligados ao situacionismo,

a questão da legitimidade democrática não seria consequência de decisão do voto popular; eles, os políticos, saberiam como resolver as dificuldades congênicas de um pleito no qual o Presidente eleito o seria por minoria de sufragantes, embora com um quase ilimitado poder de governar.

De uma ou de outra forma, caberia a Café Filho presidir as próximas eleições, como prioritária tarefa política, dificultosa, num país como o Brasil, de instituições políticas não totalmente sedimentadas, onde o fator “opinião pública” ia adquirindo foros de incoercível pressão social, pela carga de emotividade que deflagrava, gerando expectativas aparentemente irretorquíveis.

Depois que as urnas caracterizaram a vitória do candidato Juscelino Kubitschek de Oliveira à Presidência, e de João Goulart (Jango), à Vice-Presidência com pouco mais de 1/3 dos votos, os jornais reiniciaram uma agora extemporânea discussão sobre a validade da tese eleitoral da “maioria absoluta”, visando, com base em possíveis irregularidades, a uma intempestiva ação profilática da Justiça Eleitoral, que poderia alcançar a diplomação dos candidatos eleitos. É de se ressaltar, uma vez mais, a atuação jornalística de Carlos Lacerda, por meio do jornal “Tribuna da Imprensa”, negando o direito de posse aos eleitos. Essa era a tese de Lacerda, que prossegue: “Era preciso começar tudo de novo, com o interregno de um governo de exceção que “limpasse a área” para a restauração da Democracia”.

Essa tese ele defendeu em campanhas pelo seu jornal, pelo rádio e pela TV, a ela se entregando com vigor e paixão, pontos altos de sua personalidade. Antes

de 24 de agosto de 1954, ele era contra a corrupção e contra o golpe; depois de 24 de agosto, continuou a combater a corrupção, mas adotou o golpe. Mas, como não tinha possibilidade de articulá-lo, pregou-o, defendeu-o, divulgou-o como aspiração nacional e solução única para a crise política brasileira. Tornou-se Carlos Lacerda o apóstolo da redenção política pelo fogo purificador.

Não era o aspecto da pureza das eleições o que interessava a Lacerda; o que não admitia era Juscelino e Jango tomarem posse e “voltar tudo ao que era”, embora as impropriedades do sistema eleitoral tivessem influenciado igualmente vencedores e vencidos no pleito.

Lacerda conhecia a antipatia dedicada pelas Forças Armadas a João Goulart, especialmente o Exército, que, no governo Vargas, se pronunciara com o “Manifesto dos Coronéis”. Muitos desses coronéis já haviam passado a chefes no Exército, mas agora desejosos de não quebrar a linha da legalidade, mesmo porque o cargo de Vice-Presidente não oferecia maiores preocupações na condução dos negócios públicos. Quando Lacerda percebeu essa intenção legalista do Exército, passou a atacar, violentamente, o Ministro da Guerra, General Lott. Conforme depoimento de Munhoz da Rocha, “Carlos Lacerda alvejava, diariamente, o Ministro, jogando-o nos braços dos juscelinistas. E estes, que eram políticos experimentados e manhosos, o receberam “gostosamente”. Afagaram-lhe a vaidade. Valorizaram-lhe a conduta. Mimaram-lhe a sensibilidade de velho militar, mas de político donzel...”.

O fato histórico, no entanto, é que as correntes políticas vencedoras do pleito eleitoral se alarmaram com a contumácia dos rumores golpistas envolvendo a UDN e certas áreas das Forças Armadas, com o propósito de não dar posse aos eleitos. Houve, inclusive, um certo pânico nas hostes juscelinistas diante de um discurso proferido pelo Coronel Jurandir Bizarria Mamede junto ao túmulo do General Canrobert, no Dia de Finados de 1955. O Ministro da Guerra, considerando subversivo da ordem legal o discurso de Mamede, decidiu prendê-lo disciplinarmente. Nessa ocasião, o Presidente Café Filho recolheu-se ao Hospital dos Servidores do Estado, vitimado por problema coronário, não podendo apreciar os desdobramentos do que se iria constituir na crise fatal do seu governo.

Enquanto a crise se agravava na área do Exército e do governo, na Aeronáutica o ambiente se desanuviava. A Força Aérea Brasileira estava voltada para seus afazeres profissionais. Isto não invalidava, porém, certa conjugação de ideias entre oficiais de média hierarquia na FAB e seus colegas da Marinha e do Exército, uníssonos com a tese da “maioria absoluta”, sem consequências, todavia. A Aeronáutica se beneficiava com o prestígio que Eduardo Gomes tinha no Congresso Nacional, onde os interesses da Aviação recebiam o tratamento desejável, tanto na consagração do Correio Aéreo Nacional, atividade de interesse público, como na adjudicação de verbas orçamentárias. O Brigadeiro era, de fato, um prestigioso Ministro naquele histórico período de transição nacional.

No quadro político nacional, o Exército sofria os efeitos de suas diferenças internas, chocando-se o Ministro Lott com a negativa do Presidente interino, Carlos Luz, em aplicar ao Coronel Mamede, então servindo no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão diretamente subordinado à Presidência da República, a punição que lhe fora arbitrada. Sentindo-se desprestigiado, Lott solicitou demissão. Carlos Luz, que não escondia certa animosidade contra o Ministro, aceitou-a pressurosamente, a despeito dos riscos que os futuros acontecimentos iriam confirmar, porque o Exército tomou para si o agravo. Sobre este evento, disse Café Filho, em sua biografia:

“A notícia de tal decisão de meu substituto provisório, para mim inteiramente imprevista, não só por não ter sido ouvido antes sobre ela, mas também por ignorar a evolução da crise, surpreendeu-me e alarmou-me. Eu não achava que um Ministro da Guerra não pudesse ser demitido. Jamais, no entanto, daquela maneira e dentro do conjunto de circunstâncias em que se dera a substituição. Por muito me constranger, pessoalmente, fazer um julgamento dessa espécie, continuarei preferindo não comentar o aspecto ético da exoneração à minha revelia, do meu Ministro da Guerra, durante um interregno de Governo determinado pela minha condição de enfermo sob rigorosa prescrição médica de repouso absoluto”.

Enquanto Café Filho permanecia hospitalizado, a crise político-militar ia evoluindo para uma intervenção. Seria o final de um processo histórico deflagrado pelos acontecimentos ligados ao suicídio de Vargas no ano anterior.

A INTERVENÇÃO DO DEMISSIONÁRIO MINISTRO DA GUERRA E A POSIÇÃO DO MINISTRO DA AERONÁUTICA

Lott tornara-se o líder do Exército, num consenso de generais que não aceitaram a demissão de seu Ministro e impediram a passagem de função ao seu substituto legal.

O “golpe” consumou-se em 11 de novembro de 1955. Seus beneficiários rotularam-no de reação “contra-golpe”, haja vista o pretexto fornecido pelo transbordante radicalismo político-jornalístico de Carlos Lacerda, habilmente utilizado pelos sagazes políticos que teciam loas ao papel legalista do Exército personificado em Lott.

Café Filho, ao defender-se de acusações de parcialidade na condução dos ritos sucessórios, reagiu: “Não se preparava golpe, nem haveria golpe nenhum. Eu ia dar posse aos eleitos, desde que proclamados pela Justiça Eleitoral”. E prossegue: “O Brigadeiro Eduardo Gomes não admitia sequer a ideia de golpe, sendo notórios os cuidados que tinha em conter parte da oficialidade exaltada”.

A Marinha e a Aeronáutica, coerentes com a vigente ordem constitucional, não estavam sintonizadas com os generais que deram sustentação a Lott, o qual proclamou um “retorno aos quadros constitucionais”. No âmbito da Aeronáutica, a rotina profissional em curso nada revelava de anormal em suas Zonas Aéreas e Bases por todo o país.

A Marinha, sob o comando de seu Ministro, Almirante Amorim do Vale, acolheu o governo em cheque a bordo do

Cruzador Tamandaré, comandado pelo Capitão de Mar e Guerra Sílvio Heck. Embarcaram o Presidente interino, Carlos Luz, com seu fiel ministério, mais o Comandante da Esquadra, Almirante Pena Boto, e o representante da Aeronáutica no Gabinete Militar, Coronel Aviador Doorgal Borges. A expectativa era organizar a resistência em São Paulo, para onde já se tinha dirigido o Ministro Eduardo Gomes, tão logo percebera os movimentos de tropas do Exército sitiando as Bases Aéreas do Rio de Janeiro. Eduardo Gomes decolou num avião C-47 do Correio Aéreo Nacional, do Aeroporto do Galeão, já cercado por unidades blindadas do Exército, e fez difundir o seguinte comunicado a toda a FAB:

“Em face de situação criada no Distrito Federal com o levante, esta madrugada, das Unidades do Exército, segui às 14 horas para o QG da Quarta Zona Aérea, a fim de poder permanecer no comando da FAB. Confio em que todos os meus comandados permaneçam fiéis à Constituição e, assim, lutem pela sobrevivência do regime legal, único capaz de assegurar a todos os brasileiros a dignidade de existência e os benefícios da liberdade”.

Esboçava-se um quadro de luta fratricida. Do Tamandaré, Carlos Luz decidiu que deveria cessar a resistência, “para evitar que se derrame o sangue generoso dos brasileiros e se lancem as Forças Armadas umas

contra as outras”, conforme consta de sua proclamação às forças legais e ao país.

Guardadas as armas, o vitorioso Governo de Fato tratou de reorganizar o país, buscando uma improvisada legalidade. Assim é que a cobertura política à chamada “Novembrada” se fez sentir no Congresso, sob a forma de *impeachment* a Carlos Luz, por obra dos vencedores das eleições, o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro. Por decisão do Congresso, o Vice-Presidente do Senado, Senador Nereu Ramos assumiu a Presidência do país. Desse modo as forças políticas majoritárias sentiram-se seguras quanto à posse dos eleitos, com honras de *Condestável do Regimen*³ ao General Lott, a quem, mais tarde, em discutida cerimônia, ofertariam uma espada de ouro.

Em 21 de novembro de 1955, já restabelecido da crise coronariana, Café Filho pretendeu, em vão, reassumir seu cargo, chocando-se com a própria dinâmica dos acontecimentos. Juntamente com a FAB, Eduardo Gomes controlou, disciplinadamente, os próprios sentimentos. O Presidente legal decidira e o Ministro leal obedecera. Afinal não se configurava uma alternativa de governo discricionário, amainando-se a tempestade dos acontecimentos político-militares que golpearam a Constituição. Silencioso, uma vez mais

³ *Condestável*: era o primeiro dignitário do Reino e título do infante que nas grandes solenidades se colocava à direita do trono real. *Regimen*: regime.

o Brigadeiro recolheu-se à vida privada, contrito, na austeridade e no estoicismo do sincero cristão que era.

2.1 - O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK

O País encerrava um ciclo histórico, o da “Era Getúlio Vargas”, sem que se definissem os reais herdeiros das suas legendas. Novos líderes, a exemplo do Presidente eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira (popularizado como JK), com sua “filosofia desenvolvimentista”, iriam sacudir as estruturas brasileiras. A paz de que o País necessitava para pôr em execução os seus planos de governo teria de passar pela escolha política dos seus ministros militares. Estes se obrigariam a garantir a ordem nas respectivas áreas, combinando características pessoais de autoridade e equilíbrio. No Exército não haveria problemas, pois obviamente seriam mantidos os mesmos chefes de 11 de novembro de 1955. A Marinha, voltada para as suas ocupações habituais, ganha nova motivação, pela anunciada aquisição de um navio-aeródromo. Assim, Juscelino exteriorizava sua índole pacificadora, ensejada por um agudo senso de oportunidade.

Na Aeronáutica, o cargo de Ministro, durante o período transitório, entre 11 de novembro até pouco após a posse do Presidente eleito, fora entregue ao Major-Brigadeiro do Ar Vasco Alves Secco, sintonizado com o movimento militar denominado “Novembrada”.



Brigadeiro do Ar Vasco Alves Secco

Em 20 de março de 1956, assumiu a Pasta da Aeronáutica o Brigadeiro do Ar Henrique Fleiuss. A escolha do Ministro da Aeronáutica que iria iniciar o governo JK foi condicionada por circunstâncias que se coadunavam, perfeitamente, com os anseios apaziguadores do novo Presidente. O Brigadeiro Fleiuss acabara de exercer o comando da Escola de Aeronáutica, no tradicional Campo dos Afonsos, berço da aviação militar brasileira, onde granjeara a admiração de seus comandados e da FAB em geral, por sua postura de líder democrático e orador convincente. Tais juízos transcenderam os limites do Campo dos Afonsos e sensibilizaram os setores moderados do novo governo, que identificaram em Fleiuss o chefe inteligente e moderado, capaz de conduzir uma Força que já apresentava sintomas de novos envolvimento políticos. Fleiuss não desmereceu a auréola de equilíbrio e capacidade que o consagrou desde que exercera a chefia do gabinete do segundo Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Armando Trompowsky de Almeida.



Brigadeiro do Ar Fleiuss

Fleiuss, inicialmente, suportou os efeitos da rebelião que envolvera oficiais da FAB, em fevereiro de 1956, no episódio de Jacareacanga. Tal situação desconfortável se amainou com a anistia concedida pelo Presidente Juscelino Kubitschek aos revoltosos. Henrique Fleiuss exerceu o seu cargo com proficiência até julho de 1957, quando recrudesceram, na Aeronáutica, indícios da mesma inquietação política no País. Os reflexos na disciplina de seus quadros comprometeram arca da autoridade ministerial, o que levou Fleiuss a exonerar-se; foi substituído pelo Major-Brigadeiro do Ar Francisco de Assis Corrêa de Mello, enfrentando ambiente político em crescente radicalização, tanto pelas contundentes críticas à administração pública, decorrentes do alucinante ritmo da construção de Brasília, como pelos reflexos da “Guerra Fria” no Brasil.

A efervescência política, o exercício da oposição democrática, comandada por Carlos Lacerda, e a frustração e a desesperança pela desistência do candidato a Presidente, Jânio Quadros, novamente motivaram alguns oficiais da Aeronáutica a se rebelarem contra o Governo, na revolta de Aragarças, em 3 de dezembro de 1959.



Voo do Presidente Juscelino Kubitschek em um Caça

Sem contar com as adesões esperadas, dentro ou fora da FAB, o movimento foi prontamente dominado. Detalhe curioso foi a reação de Lacerda, denunciando à Câmara dos Deputados e ao País o início da rebelião, para a qual os oficiais rebeldes esperavam contar com sua ajuda, já que ele que vinha claramente instando a intervenção militar.

A construção da nova capital constituir-se na meta prioritária do Presidente eleito, constante de seu programa de governo aprovado por seus eleitores. Os compromissos político-eleitorais de Juscelino levaram-no a entregar a coordenação política das áreas trabalhista e sindical ao seu Vice-Presidente, empenhado em fortalecer suas futuras bases políticas. Sem possuir o carisma nem o senso de autoridade do seu patrono, Getúlio Vargas, Jango não soube liderar as articulações políticas para aquele fim. Assediado por agressiva ala do Partido Comunista, foi-lhe cedendo posições no sistema sindical. Os comunistas trocaram-nas por um trabalho doutrinário de base, usando as sempre renovadas teses leninistas, tendo como alvo o “imperialismo americano” e, como arma, o o sentimento difuso do “nacionalismo brasileiro”. Tratava-se de maciça propaganda em dimensão nacional, conduzida por uma central jornalística engajada com as teses comunistas, infiltradas nos principais órgãos de difusão do País. Não ficariam totalmente imunes os Quadros militares, particularmente os subalternos, maquiavelmente identificados às classes proletárias, em confronto com os patrões, numa esdrúxula “luta

de classes”. A vida nacional seguia na euforia do dinamismo da administração JK, à qual se opunham seus adversários políticos, destacando-se, uma vez mais, o combativo jornalista Carlos Lacerda, em permanente e implacável campanha. O mote principal utilizado era a construção da nova capital, ligada a acusações de corrupção, que, no entanto, não repercutiam com a força desejada no Congresso Nacional, aliado de Juscelino na aprovação de seus projetos desenvolvimentistas. Tais circunstâncias levaram as oposições à radicalização. O panorama político reinante motivou, na Aeronáutica, notadamente, grupos de oficiais de média hierarquia, ainda ressentidos com os efeitos da chamada “Novembrada”, os quais assumiram comportamentos de inconformismo, com celebrações e coisas do gênero, pondo em cheque a autoridade do Ministro. Desvanecia-se, desse modo, o culto do profissionalismo apolítico, que não pôde medrar, conforme fora a intenção do Ministro Fleiuss.

Na administração do Major-Brigadeiro Corrêa de Mello (julho de 1957 a janeiro de 1961) sobreveio claro e rancoroso confronto entre oficiais, uns contra – a maioria – e outros, “pró-Novembrada”. As lideranças desses últimos filiavam-se às correntes ditas “nacionalistas”, em voga na ostensiva pregação da propaganda comunista, já referida. Tratava-se de identificações que se tornavam cada vez mais sensíveis, à medida em que o processo subversivo comunista evoluía na Aeronáutica e no País.



Major-Brigadeiro do Ar Mello

O Ministro Mello, ocupando a Pasta da Aeronáutica em fase politicamente conturbada, foi implacável disciplinador, abstraído do recente passado de crises no País e na Aeronáutica, com suas feridas ainda não cicatrizadas.

Ainda na gestão do Major-Brigadeiro Mello, verificou-se o desagradável episódio da sua substituição interina pelo Ministro do Exército, General Henrique Lott, que chefiara a “Novembrada” e ameaçara Bases Aéreas com o emprego de forças blindadas. Foi uma inábil deliberação, devida, provavelmente, a uma assessoria interessada no acirramento dos ânimos no seio da Aeronáutica.

REBELIÃO EM JACAREACANGA

Entre outubro de 1955 e janeiro de 1956, os militares “antigetulistas”, ligados à UDN e liderados pelos Ministros Eduardo Gomes, da Aeronáutica, e Amorim do Vale, da Marinha, sofreram sérias derrotas. A primeira foi quando viram Juscelino Kubitschek e João Goulart, apoiados pela aliança PSD-PTB, serem eleitos Presidente e Vice-Presidente da República em 3 de outubro de 1955. A segunda quando o golpe militar de 11 de novembro, liderado pelo Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott,

depôs o Presidente em exercício Carlos Luz e substituiu Eduardo Gomes por Vasco Alves Secco, Amorim do Vale por Antônio Alves Câmara, e garantiu as condições necessárias à posse dos eleitos. A terceira foi quando os eleitos efetivamente foram empossados, em 31 de janeiro de 1956.

A campanha presidencial fora marcada pela retórica agressiva de Carlos Lacerda, que num de seus famosos editoriais regularmente publicados no jornal Tribuna da Imprensa de sua propriedade, assim se pronunciou logo depois de confirmada a vitória nas urnas da chapa Juscelino-Jango:

(...) A posse desses dois aventureiros irresponsáveis só poderá ser evitada por um ato de força. Nesse mesmo ato se contém a instauração de um regime cuja legalidade tem que ser por ele próprio criada. (...) O problema, já agora, é militar. Inútil fazer mais discursos, inútil escrever novos artigos. Ou os chefes militares já compreenderam isto e vão agir ou não compreenderam e não vão agir. Se não agem, Juscelino e Jango tomam posse. Se agem, eles não tomam posse.”

Poucos dias após a posse do novo governo, na noite de 10 de fevereiro de 1956, o Major Aviador Aroldo Coimbra Veloso e o Capitão Aviador José Chaves Lameirão, insatisfeitos com a posse do Presidente eleito, alinhados ao pensamento de oficiais da Aeronáutica e muitos brasileiros, contrários ao sistema eleitoral vigente, que possibilitava a eleição por maior número de votos, frequentemente por vantagem inexpressiva, partiram do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, e instalaram seu quartel-general no campo de pouso de Jacareacanga, localizado no sul do estado do Pará.



Maj Av Veloso (em primeiro plano) e o Cap Av Lameirão

Dez dias mais tarde, os rebeldes já controlavam as localidades de Cachimbo, Belterra, Itaituba e Aragarças, além da cidade de Santarém, contando inclusive com o apoio das populações locais. Haviam recebido também a adesão de mais um oficial da Aeronáutica: o Major Aviadador Paulo Victor da Silva, que fora enviado de Belém para combatê-los.

Apesar de ter sido uma rebelião de pequena monta, o governo encontrou dificuldades para reprimi-la devido à reação de oficiais, sobretudo da Aeronáutica, que se recusavam a participar da repressão aos rebeldes. “No dia 22 de fevereiro, a aeronave Catalina FAB 6514, depois de fazer várias passagens baixas de reconhecimento sobre o campo de aviação de Santarém, metralhou o avião Beechcraft FAB 1523, dos revoltosos, o qual se achava estacionado na cabeceira da pista⁴. Embora atingida, a aeronave manteve-se

em condições de uso, conforme é mostrado na próxima imagem.

Após 19 dias, o movimento foi afinal controlado pelas tropas legalistas, com a prisão de seu principal líder, o Major Aroldo Veloso. Os outros líderes conseguiram escapar e se asilaram na Bolívia. Todos os rebeldes foram beneficiados pela “anistia ampla e irrestrita”, concedida logo depois pelo Congresso, por solicitação do próprio Presidente JK.



Aeronave Catalina sobreando o Beechcraft

1957 - CRISE NA ECEMAR

No dia 12 de novembro de 1957, realizou-se a cerimônia de conclusão dos cursos de Comando e Estado-Maior (CEM), Superior de Comando (CSC) e Direção de Serviços (CDS), da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, na Ponta do Galeão-RJ.

Em mais um episódio com origem na “Novembrada de 1955”, dez oficiais recusaram-se a comparecer à cerimônia de di-

⁴ Lavenère-Wanderley, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*, Rio de Janeiro, 1975 pg. 339.

plomação, indignados com a presença do Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, que mandara cercar, com tanques e canhões, as Bases Aéreas do Galeão e de Santa Cruz, em novembro de 1955.

Num primeiro momento, foram punidos com dez dias de prisão e recolhidos à Base Aérea do Galeão, os Tenente-Coronéis Aviadores: Márcio César Leal Coqueiro, Esron Saldanha Pires e Geraldo Labarthe Lebre e os Majores Aviadores Nélson Dias de Souza Mendes, Roberto Weguelin de Abreu, Clóvis Neiva de Figueiredo, Joaquim Vespasiano Ramos, Eduardo Costa Vahia de Abreu e José Rubens Drumond.

Por haver declarado solidariedade aos oficiais punidos, também foi preso um instrutor da Escola, o Major Aviador Rodolfo Becker Reifschneider, que fazia parte da Comissão de Recepção e se encontrava no auditório.

No dia seguinte, foram todos transferidos para o Campo dos Afonsos, por decisão do Ministro da Aeronáutica, Major-Brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello, para mantê-los afastados do centro da Capital e sob as ordens do Brigadeiro do Ar Teófilo Otoni de Mendonça, Comandante da Escola de Aeronáutica e presidente do Inquérito Policial Militar (IPM), então instaurado.

1958 - GENERAL LOTT NA AERONÁUTICA; OUTRA CRISE NA ECEMAR; e carta aberta aos brigadeiros



General Lott

Em 28 de outubro de 1958, o Ministro da Aeronáutica, Major-Brigadeiro do Ar Francisco de Assis Corrêa de Mello fez uma viagem aos Estados Unidos, tendo sido substituído interinamente pelo General Lott, Ministro da Guerra, a quem acabara de substituir durante viagem à Europa. O rodízio de ministros militares nas pastas de outra Força havia sido proposto ao Presidente Juscelino com a intenção de cultivar o bom relacionamento entre os três ministérios militares.

Entretanto, a posse de Lott na Aeronáutica deu a brigadeiros descontentes uma excelente oportunidade de se manifestarem. Vários deles recusaram-se a comparecer à cerimônia e outros não se aproximaram do Ministro Corrêa de Mello, ainda que presentes no Aeroporto do Galeão, devido à presença do General Lott junto ao Brigadeiro Mello.

O Major-Brigadeiro do Ar Ivo Borges foi afastado por Lott do cargo de Inspetor-Geral da Aeronáutica, por não haver comparecido à posse do General e não lhe haver cumprimentado, exceto pela protocolar continência, na ocasião do embarque do Brigadeiro Mello. Este fato gerou

uma verdadeira onda de protestos na Aeronáutica. O Tenente-Brigadeiro Gervásio Duncan Rodrigues solicitou passagem para a reserva e o Major-Brigadeiro Ismar Pfaltzgraff Brasil requereu exoneração do cargo de Diretor de Ensino. Posteriormente, estes três fatos, amplamente divulgados por jornais de grande circulação, tiveram outras versões, em notas do Ministério da Aeronáutica, publicadas após o regresso do Ministro Mello.

No dia 5 de novembro, foi realizada a solenidade de encerramento dos CSC, CEM e CDS da ECEMAR, com as presenças do Presidente da República, Juscelino Kubitschek e do Ministro Interino da Aeronáutica, General de Exército Henrique Teixeira Lott.

Em continuidade às manifestações de hostilidade ao General Lott, faltaram à cerimônia vinte brigadeiros e retiraram-se do auditório doze formandos: Tenentes-Coronéis Aviadores Gustavo Eugênio de Oliveira Borges, Halley Leal Galeotti e João Water (Médico); Majores Aviadores Alexandre Ney de Oliveira Lima Telles, Clóvis Pavan, Fernando Henrique Marques Palermo, Argeu Lemos Pelosi, Rubens Gonçalves Arruda, Antônio Hugo da Graça, Néelson Pinheiro de Carvalho, Francisco Eduardo Müller Botelho e Miguel da Cunha Lana, quatro instrutores: os Tenentes-Coronéis Paulo de Vasconcelos Souza e Silva, Moacyr Del Tedesco, Roberto Augusto Carrão de Andrade e Rodolfo Becker Reifschneider, além de três instrutores membros da Comissão de Recepção: os Tenentes-Coronéis Mário Soares Castelo Branco, Carlos Affonso Dellamora e Guilherme Rebelo da Silva.

O Comandante da ECEMAR, Brigadeiro Carlos Rodrigues Coelho fez longo discurso, logo após a abertura da cerimônia pelo Presidente Juscelino, não havendo mencionado o Ministro Interino, General Lott, e fazendo vigorosa exposição das razões pelas quais à Aeronáutica deveriam caber, exclusivamente, os meios e a operação da Aviação Embarcada. Na ocasião, a Marinha preparava-se para operar a Aviação Embarcada do recém-adquirido navio-aeródromo, o Minas Gerais: “Em termos de cooperação ar-superfície, a mais simplista das concepções indica que as operações terrestres cabem ao Exército, as desenvolvidas na superfície do mar, à Marinha, e as que se passam sobre as nossas cabeças, à Aeronáutica”, afirmou o Comandante.

Devido à ostensiva ausência de vários formandos e a retirada do recinto dos sete instrutores, foram entregues diplomas apenas ao Coronel José Costa, formando mais antigo, pelo Presidente da República, e ao Tenente-Coronel da Força Aérea Uruguaia, Walter Gianarelli Bianchi, das mãos do General Lott.

Quarenta e dois oficiais da FAB, logo após a solenidade na ECEMAR, redigiram, assinaram e publicaram uma “Carta Aberta aos Senhores Brigadeiros que não compareceram à passagem do cargo de Ministro da Aeronáutica ao General Lott”, a eles aderindo nos protestos contra a presença daquele general na pasta da Aeronáutica.

A carta foi iniciada nomeando seus destinatários: “Exmos. Srs. Ten Brig Eduardo Gomes, Ten Brig Trompowsky, Ten Brig Duncan, Maj Brig Guedes Muniz, Maj Brig Altair Rozsany, Maj Brig Ivo Borges,

Maj Brig Carlos Brasil, Maj Brig Américo Leal, Maj Brig Armando Pinheiro de Andrade, Maj Brig Arquimedes Cordeiro, Maj Brig Ismar Brasil, Brig Márcio de Souza e Mello, Brig Travassos, Brig Perdigão, Brig Moss e Brig Ballousier.

“Não se infira desse extravasamento natural quaisquer propósitos de evidências pessoais, vontade de tumultuar acontecimentos ou desejo de fazer sangrar feridas que se encontram em fase de cicatrização. O caminho nos foi mostrado. Temos força e perseverança para o palmilhar sempre de cabeça erguida, pois, só assim poderemos construir o Brasil que desejamos legar aos nossos filhos, seguindo, como V.s. Exas., os exemplos legados por Caxias e Tamandaré.” (trecho da carta)

A publicação da carta nos jornais desencadeou amplo movimento de declaração de solidariedade por parte da maioria dos oficiais da FAB, grande parte deles da Escola de Comando e Estado-Maior e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Cumbica-SP. Algumas organizações, como a Base Aérea de Santa Cruz, o Quartel General da Terceira Zona Aérea e o Parque de Aeronáutica de Lagoa Santa receberam grande quantidade de oficiais presos. Foram punidos com 30 dias de prisão os militares que se ausentaram da ECEMAR e todos os que assinaram a carta ou solidarizaram-se, totalizando mais de 2.500 oficiais.

A REBELIÃO EM ARAGARÇA

Apesar da anistia concedida por Juscelino Kubitschek aos revoltosos de 1956, o clima de insatisfação e conspiração contra o governo continuou presente nas Forças

Armadas, principalmente na Aeronáutica, acabando por dar origem à revolta de Aragarças, que teve início na madrugada de 2 de dezembro de 1959 com o sequestro, em pleno voo, da aeronave Constellation, matrícula PP-PCR, da Panair do Brasil, que cumpria a linha Rio de Janeiro – Belém-PA. De arma em punho, o Major Aviador Eber Teixeira Pinto, que se encontrava a bordo na condição de fiscal de rota, obrigou o Comandante Mário Borges a prosseguir para Aragarças-GO, inaugurando o sequestro em pleno voo de aviões de passageiros brasileiros com fins políticos.

Eurípedes Coelho de Magalhães, à época comandante da Panair do Brasil, e um dos conspiradores, assim relata o episódio, em seu livro de memórias “Ascensão e Queda de um Piloto de Linha”, editado em 1976:

Na campanha eleitoral de 1959, temia-se um golpe do Marechal Lott para evitar a eleição de Jânio Quadros, e uma conspiração tomou corpo com o fim de evitar o tal golpe. O então Tenente Coronel Veloso, já famoso pelo movimento de Jacareacanga, o Tenente Coronel Burnier, hoje brigadeiro da reserva, mais quatro ou cinco militares da Aeronáutica, um coronel do Exército e dois civis, formavam comigo a conspiração de Aragarças. A ideia era iniciar o movimento tão logo o governo tentasse impedir a eleição de Jânio Quadros. Sabíamos que haveria adesões de todos os lados, como provou quatro anos mais tarde a revolução de 64. Minha missão principal era levar para Aragarças um Constellation da Panair que servisse de QG e possível meio de fuga se algo saísse errado. Durante os dois ou três meses que durou a conspiração, o grupo da FAB conseguiu transportar para Aragarças, a meu pedido,

dois mil galões (cerca de oito mil litros) de gasolina de 110 octanas e uma estação de rádio completa. Algum tempo antes das eleições, Jânio renunciou à sua candidatura. Fui chamado às pressas para uma reunião em casa de Veloso, pois Burnier decidira desencadear o movimento naquela noite. Argumentei que o movimento era para impedir a tentativa de golpe por parte do governo, mas que, se o Jânio renunciara à candidatura, o movimento não fazia sentido. O silêncio de Veloso e de todos os companheiros fez-me crer que concordavam comigo, mas Burnier não se conformava e ficou decidido, por insistência dele, que o movimento seria iniciado à meia-noite, conforme os planos pré-estabelecidos. Neguei-me a acompanhá-los, e tudo o que aceitei foi distribuir o “manifesto revolucionário” a partir das quatro horas da manhã, não sem antes declarar que tinha certeza de que ninguém os apoiaria. Pediram-me para verificar quem seria o comandante do Constellation da Panair que decolaria para Belém à meia-noite e se era um dos nossos. Verificando que o comandante escalado era o Mário Borges, Janista e

Lacerdista como nós, mas que, não estando no grupo, dificilmente aceitaria aquela missão assim de uma hora para a outra, resolvi ir até a sua casa, em Niterói. Expliquei o que pretendia e não escondi as razões pelas quais eu não aceitara a missão. Mario Borges era um homem respeitado por amigos e inimigos. Íntegro, corajoso como poucos e incapaz de discussões ou recriminações a quem quer que fosse. Não gostou da ideia, mas disse que se encostasse uma pistola em sua cabeça, ele prometia não reagir. Era o máximo que se poderia esperar, pois se o Mario cismasse não haveria pistola que o detivesse. Três aviões C-47 e um Beechcraft particular partiram respectivamente do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, juntando-se ao Constellation em Aragarças, pequena cidade de Goiás (...). Como a rebelião anterior, a de Jacareacanga, o movimento não contou com a adesão esperada pelos revoltosos e foi dominado pelas forças leais ao governo em trinta e seis horas. Seus líderes fugiram nos aviões para o Paraguai, Bolívia e Argentina, só retornando ao Brasil no governo Jânio Quadros.

O Constellation da Panair pousado em Aragarças. Primeiro sequestro de avião civil no Brasil



Entre as consequências da rebelião, podemos destacar a prisão do Ten Av Leuzinger, piloto do C-47 2060, abatido a tiros, por ordem do Maj Av França, líder da tropa legalista, quando pousando, tentou arremeter.⁵



Ten Av Leuzinger, Cmt do C-47 abatido, foi o único oficial a ser preso pelas tropas

A COMPRA DO NAVIO-AERÓDROMO MINAS GERAIS

No último trimestre de 1956, motivado por anseios da Marinha e da Aeronáutica, Juscelino autorizou a compra do Navio-Aeródromo Leve Minas Gerais, fabricado na Inglaterra. O fato gerou séria crise entre as duas Forças Militares, pois a Marinha, apesar dos fortes protestos da Aeronáutica, reivindicava total autonomia na operação da Aviação Embarcada no porta-aviões. Vale lembrar que havia apenas quinze anos fora criada a Aeronáutica,

com o objetivo de integrar, de forma centralizada e independente, todo o espaço aéreo nacional. A celeuma iria estender-se por governos posteriores, tendo sido resolvida somente em agosto de 1964, pela solução adotada pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, que garantiu à Aeronáutica a posse e a operação das aeronaves de asa fixa embarcadas, facultando à Marinha possuir e operar helicópteros.

2.2- O GOVERNO DE JÂNIO QUADROS

Jânio da Silva Quadros foi o Presidente eleito com irretorquível vantagem de votos sobre seu opositor, o General Henrique Teixeira Lott, em campanha cuja tônica fora o antijuscelinismo, identificado à anticorrupção. Governou de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, quando renunciou, frustrando os brasileiros que dele tanto esperavam.

A breve administração do Brig Ar Gabriel Grün Moss caracterizou-se pela euforia dos quadros da FAB, seduzidos pelo civismo e pelo carisma de Jânio Quadros, que transmitira ao País estímulos ansiosos de esperança. A Alta Administração da Aeronáutica estava sintonizada com a firme liderança do Ministro Moss, que personificava a antinovembrada.

5 Arremetida em voo é uma manobra executada pelo piloto da aeronave, quando, ao se aproximar da pista de pouso, decide não mais pousar devido às condições adversas. Arremetida no solo é uma manobra semelhante, quando o piloto decide decolar novamente, antes da parada da aeronave, por não ter as condições seguras para a parada controlada da aeronave na pista. Em ambos os casos, o piloto aplica a potência prevista no(s) motor(res), para prosseguir no voo

A RENÚNCIA E A CAMPANHA DA LEGALIDADE

Em 21 de agosto de 1961, a Base Aérea de Canoas esteve envolvida no episódio chamado Movimento da Legalidade, liderado pelo Governador gaúcho Leonel Brizola. Com o veto dos ministros militares à posse do Vice-Presidente, em decorrência da renúncia do Presidente Jânio Quadros, eclodiu uma crise político-militar.

O Governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, que havia requisitado a Rádio Guaíba e estabelecido a Rede da Legalidade, iniciou uma mobilização popular para que a Constituição Brasileira fosse cumprida e a posse de João Goulart garantida. Entretanto, a disposição dos ministros militares para impedir a posse de João Goulart, em nome da segurança nacional e da manutenção do regime democrático, era irredutível.

Na Base Aérea de Canoas, o dilema era cumprir as ordens do Ministro ou respeitar e fazer cumprir a Constituição, aderindo ao Movimento da Legalidade.

Nesse meio tempo, às seis horas da manhã da segunda-feira, 28 de agosto, a mensagem do Ministro da Guerra ao Comandante do Terceiro Exército foi interceptada por um radioamador. O texto foi divulgado por uma rádio em tom alarmante, pois orientava o Terceiro Exército a calar a pregação do Governador Brizola, se necessário com o emprego da Aeronáutica, realizando bombardeio ao palácio. (Há versão de que teriam sido cogitados voos rasantes sobre o palácio, com o fito de intimidar o Governador). Tendo

sido informado do teor dessa mensagem, o Governador fez um pronunciamento às onze horas da manhã do dia 28, avisando a população sobre o ataque iminente.

O movimento legalista tomou então maior força e vigor, pois o Comandante do Terceiro Exército, General Machado Lopes, em consequência da mensagem recebida do Ministro da Guerra, resolveu fazer visita ao Governador Leonel Brizola, ato que foi entendido como de apoio.

O Primeiro Esquadrão do Décimo-Quarto Grupo de Aviação (1º/14ºGAV), sediado na Base Aérea de Canoas (BACO), recebeu ordens para se deslocar para Cumbica e, como de praxe, as aeronaves deveriam fazê-lo armadas. A medida era justamente para retirar as aeronaves do centro do tumulto e, assim, evitar um conflito entre os legalistas e o Exército. Alguns graduados ouviram a notícia, e imediatamente circulou o boato de que as aeronaves F-8 Gloster Meteor, da BACO, seriam usadas, gerando uma revolução fratricida, pois o Palácio Piratini achava-se cercado por uma multidão que vinha de todos os cantos do Rio Grande do Sul trazer seu apoio ao Governador.

Cerca de cem militares decidiram sublevar-se e, não mais acatando as ordens de seus superiores, esvaziaram os pneus das aeronaves, desarmando-as, enquanto as mantiveram cercadas, mantendo-se de mãos dadas. O ato, protagonizado por sargentos e cabos, provocou uma situação de declarada beligerância contra os oficiais. Foi necessária a presença de uma tropa do Exército para promover a volta da ordem e da disciplina.

Em poucos dias, uma Emenda Constitucional estabeleceu o Parlamentarismo no Brasil, e um período de paz voltou a reinar no País.

2.3 O GOVERNO DE JOÃO GOULART

O PARLAMENTARISMO

Os subjetivos motivos da deserção de Jânio, potencializados pelos virulentos ataques e denúncias do político udenista e jornalista, Carlos Lacerda, deflagraram crise institucional sem precedentes no País, porque os ministros militares negaram posse ao Vice-Presidente João Goulart. Os motivos alegados pelo Almirante Sylvio Heck, Marechal Odylio Denys e Brigadeiro Gabriel Grün Moss constam de um manifesto difundido à nação.

Apesar das razões proclamadas no manifesto, não havia dúvida de que o Texto Constitucional fora violado, fornecendo, por conseguinte, argumentos para a reação que envolveu o III Exército, sediado em Porto Alegre-RS, bastião político de Goulart e de seu cunhado Brizola, que liderou a reação. O País chegou ao limiar de um conflito armado, evitado, no entanto, por uma deliberação do Congresso Nacional: articulações feitas por Afonso Arinos de Mello Franco e pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias, respectivamente, Deputado e Chefe do EMFA, levaram o parlamento a mudar o regime

de governo, de Presidencialista para Parlamentarista. O novo regime, que duraria menos de dois anos, garantiu a Jango assumir a chefia do Estado, com o título de Presidente da República, ficando o governo a cargo de um Primeiro-Ministro, o Deputado Tancredo Neves. Repetia-se, desse modo, a história característica brasileira que, desde a Independência, acudia os políticos em seus impasses: a conciliação dos interesses, num jogo de transigências de parte a parte.

Tancredo Neves, interessado em apaciar as paixões na área militar, buscou cercar-se de ministros de sólida reputação profissional. Assim é que a Pasta da Aeronáutica foi entregue a um conceituado chefe, o Tenente-Brigadeiro do Ar Clóvis Travassos, cuja vida militar esteve sempre ligada ao Brigadeiro Eduardo Gomes, de quem fora contumaz colaborador e leal amigo, compartilhando os mesmos valores, liberais e democráticos, bem como o amor a uma Aeronáutica politicamente pacificada.



Tenente-Brigadeiro do Ar Clóvis Travassos⁶

⁶ Imagem: site www.fab.mil.br/ex-comandantes-da-aeronautica.

A administração do Brigadeiro Clóvis Travassos (setembro de 1961 a setembro de 1962) caracterizou-se pela busca de objetivos de transcendência suficiente para ensejar a mobilização de todas as correntes de pensamento político vigentes à época, em prol da Força, independentemente das convicções individuais. Buscou a pacificação dos quadros de oficiais e o estímulo ao trabalho construtivo pelos interesses da Aeronáutica. A primeira etapa desse benemérito propósito consistiu em restabelecer os liames de coesão entre os oficiais, ainda esgarçados pelos fundos rancores com raízes na “Novembrada”, reacendidos nas duas precedentes administrações da Aeronáutica. Os objetivos de Clóvis Travassos foram bem compreendidos e apoiados pela quase totalidade dos militares da FAB.

Houve, todavia, crescente resistência àqueles objetivos por parte de pequeno, porém ativo grupo de oficiais que se diziam “nacionalistas”, porém, vistos como esquerdistas pela maioria dos seus pares, à medida que a dinâmica do processo político fazia João Goulart aproximar-se dos plenos poderes do regime presidencialista, via plebiscitária. Politizados segundo as teses político-sindicais de Goulart, empenharam-se em substituir Clóvis Travassos por um ministro mais dócil aos propósitos deles; equivalia dizer, portanto, o retorno à discórdia entre militares da Aeronáutica, configurando subversiva estratégia, com o objetivo de neutralizar possíveis reações militares a um movimento comuno-sindical. Procuraram, então, desprestigiar os oficiais, naturais condutores das organizações militares,

em favor dos níveis subalternos de sargentos, cabos, soldados e taifeiros, pondo em prática, dessa forma, metódico trabalho de subversão da hierarquia militar.

A complacência do governo com essa situação anômala chocava-se com a orientação adotada por Clóvis Travassos na Aeronáutica, o que o levou a demitir-se, na oportunidade de um remanejamento ministerial no Governo de gabinete parlamentarista. A saída de Clóvis Travassos, em 18 de setembro de 1962, representou etapa vencida pela estratégia subversiva em curso, definindo, por outro lado, a existência de coordenação política contra o Ministro da Aeronáutica, com acesso e influência junto aos níveis de decisão do Governo Goulart. O caminho ficara, assim, desobstruído, para maior desenvoltura dos elementos engajados no processo subversivo na FAB.

A pasta da Aeronáutica foi entregue ao Tenente-Brigadeiro do Ar Reynaldo Joaquim de Carvalho Filho, que a ocupou até 15 de junho de 1963.

O PRESIDENCIALISMO

Com o plebiscito, realizado em 6 de janeiro de 1963, o País voltou ao regime presidencialista, tornando-se João Goulart o Chefe do Governo.

O mencionado “grupo nacionalista” da FAB, que já havia indicado o Ministro Reynaldo para a Pasta da Aeronáutica, fez com que, nesta fase presidencialista, fosse nomeado Ministro o Major-Brigadeiro do Ar Anísio Botelho (junho de 1963 a abril de 1964). A partir de então, foi dada mais

ênfase à tática subversiva, coadunada à estratégia do enfraquecimento operacional das Forças Armadas.

O decisivo objetivo da subversão era a substituição dos tradicionais valores da hierarquia militar por outros ligados à dialética da luta de classes aplicada às organizações militares ditas “burguesas”. Incentivavam-se reivindicações, dentro e fora dos quartéis e navios, principalmente entre sargentos, estimulando-os a um envolvimento político-eleitoral e a candidatarem-se a cargos eletivos, embora se conhecesse a posição contrária da Justiça Eleitoral. Associados tais fatos à agitação sindical, deflagrando greves políticas, com prejuízos à indústria, ao comércio e à dinâmica da vida nacional, configurava-se, de fato, a existência de um quadro pré-revolucionário em pleno andamento no País.



Major-Brigadeiro do Ar Anísio Botelho⁷

A REBELIÃO DE SARGENTOS EM BRASÍLIA

Segundo a técnica revolucionária leninista, as reivindicações sempre foram consideradas mecanismo de incentivo para

a aglutinação dos indivíduos, evoluindo, paulatinamente, do estágio de grupos para o de organizações, com lideranças obedientes a um comando revolucionário, de viés profissional. Os quadros do pessoal subalterno da Aeronáutica, em particular o dos sargentos, foram visados por ação psicológica insidiosa, explorando a ideia força da igualdade, de aceitação universal, para investidas contra certa rigidez de normas e hábitos da disciplina militar, necessária à eficiência operacional da Força organizada.

Com a aceleração, no período 1962-1963, da agitação pré-revolucionária no País, o setor militar, considerado nos manuais comunistas como classe de natureza não revolucionária, tornou-se prioritário alvo de ação psicológica, obediente à estratégia que objetivava neutralizar as Forças Armadas, descaracterizando-as como Forças organizadas, operacionalmente eficazes. Desse modo, as forças sindicais, lideradas pelos comunistas, teriam o campo livre para a modalidade brasileira do assalto ao poder, sem oposição militar, contando com seus aliados: os sargentos.

A rebelião de sargentos em Brasília, em setembro de 1963, refletiu o clímax do quadro pré-revolucionário acima descrito. O movimento armado seria deflagrado tão logo o Superior Tribunal Eleitoral firmasse jurisprudência contrária à elegibilidade dos sargentos. Pretendiam suas lideranças, com a cobertura política das esquerdas e da Frente Parlamentar

⁷ Imagem: site www.fab.mil.br/ex-comandantes-da-aeronautica.

Nacionalista, constituída por comunistas, dar maior profundidade ao movimento a ser iniciado em Brasília, evoluindo, a seguir, para uma reorganização do País, no estilo de República Sindicalista. Confiavam no trabalho desenvolvido ao longo dos dois últimos anos, de catequese e organização, com representantes do movimento em todos os quartéis e navios. Deflagrada a rebelião, em 13 de setembro de 1963, em Brasília, os revoltosos asseinhorearam-se do Departamento Federal de Segurança Pública, da Estação Central de Rádio Patrulha, do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos e da Base Aérea de Brasília. À falta de adequada organização e de meios compatíveis com as dificuldades que enfrentariam, os revoltosos foram dominados por suas internas divergências e por elementos locais do Exército. A rebelião, sem dúvida, caracterizou o nível de envolvimento político dos sargentos da Aeronáutica e da Marinha, expondo as vulnerabilidades daquelas Forças.

O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 31 DE MARÇO DE 1964

Embora abortada a tentativa subversiva dos sargentos, permaneceu no País o clima insurgente, em evolução para um desenlace que parecia coincidir com os objetivos políticos da estrutura de poder centrada no Presidente Goulart.

Desde princípios de 1963, chefiando o Estado-Maior da Aeronáutica o Tenente-Brigadeiro do Ar Francisco de Assis Corrêa de Mello, foi articulada reação ao caos disciplinar que ameaçava os quadros da FAB.

No exercício de sua alta função, Mello pôde conclamar ao dever de combater a subversão comunista no âmbito da Aeronáutica os chefes com quem sabia poder contar. Além disto, fez difundir, para orientação do pessoal militar, boletins oficiais de esclarecimentos, do tipo “Como eles agem”, que os jornais da época transcreviam como matéria anticomunista. Na medida em que a conspiração comuno-sindical galgava no País os diversos degraus para a Guerra Revolucionária, atingindo níveis preocupantes, os chefes militares das três Forças passaram a se corresponder num outro tipo de conspiração: a do respeito à legalidade, intercambiando informações e trocando experiências, a partir do Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Exército Humberto de Alencar Castelo Branco, em conexão com o Brigadeiro Mello.

Concomitantemente, organizavam-se pelo País afora grupos cívicos paramilitares independentes, ligados, porém, ao mesmo anseio de varrer os comunistas do poder.

É ilustrativo o relatório do Chefe do EMFA, General de Exército Pery Bevilacqua, dirigido ao Presidente João Goulart, a quem era leal. Esse documento foi encaminhado à imprensa, para esclarecimento da opinião pública, precedido pelas seguintes considerações:

Na oportunidade da ocorrência dos fatos graves que vêm abalando o país, no sentido da restauração do primado dos poderes constitucionais, da lei e da ordem e da hierarquia e disciplina militar, esta chefia sente-se na obrigação de expor a atitude de comportamento

desenvolvido pelo Estado-Maior das Forças Armadas, não só à presidência da República, no seu papel de assessor militar, como em ligação com as Forças, através de entendimentos com as respectivas chefias do Estado-Maior, e os órgãos subordinados. No dia 31 de março último foi recebido no Palácio das Laranjeiras pelo então presidente João Goulart em audiência especial que solicitara para levar-lhe informações sobre o estado moral e disciplinar das Forças Armadas, as repercussões sobre elas das ocorrências político-militares e uma impressão sobre a situação no tocante à segurança interna, que hoje sobreleva como parte principal da segurança nacional. Nessa oportunidade mostrou esta chefia, verbalmente, a necessidade de o presidente fazer uma opção imediata, entre as Forças Armadas e os sindicatos dominados pelos comunistas, quanto ao apoio do seu governo, por não parecer compatível a coexistência do poder militar com o poder sindical, ideologicamente antagônicos, considerando que ainda seria possível restabelecer a unidade moral entre o Comando Supremo das Forças Armadas e estas, mediante atitudes afirmativas que sensibilizassem a opinião pública e especialmente a militar; deveria o presidente governar com os partidos políticos em vez dos sindicatos representados por ajuntamentos espúrios e apoiado pelas Forças Armadas, às quais abriria um crédito amplo de confiança. Então entreguei em mãos daquela autoridade, documento por mim assinado sobre tal assunto, elaborado com prévia consulta e concordância dos chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Aeronáutica, bem como dos oficiais gerais das três Forças Armadas a mim diretamente subordinados. Para o conhecimento da totalidade dos integrantes do Estado-Maior das Forças Armadas transcrevo, a seguir, o documento acima referido e, nesta oportunidade, faço baixar sua classificação sigilosa confidencial para ostensivo.

Eis o relatório:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O Estado-Maior das Forças Armadas, órgão da Presidência da República diretamente subordinado ao Chefe da Nação, é encarregado de preparar-lhe as decisões relativas à organização e emprego em conjunto das Forças Armadas, da elaboração dos planos correspondentes e de colaborar no preparo da mobilização total da nação para a guerra. Sendo ele o Estado-Maior do Comando Supremo, o seu chefe exerce, funcionalmente, atribuições de assessor do Presidente da República em tudo o que concerne à segurança nacional.

Explicitamente, o regulamento para o Estado-Maior das Forças Armadas especifica ser da sua competência:

- sugerir medidas ou emitir parecer sobre todos os problemas atinentes à segurança nacional relacionados direta ou indiretamente com o equipamento, o preparo e de modo geral, a eficiência das Forças Armadas; e

- exercer a alta direção do Serviço de Informações e de Contra-Informações Militares.

Assim, senhor Presidente, julgando cumprir um dever funcional, e com a lealdade que ponho em todos os meus atos, venho trazer a Vossa Excelência informações sobre o estado moral e disciplinar das Forças Armadas, as repercussões sobre elas das ocorrências político-militares havidas e uma impressão sobre a situação, no que concerne à segurança interna, que hoje sobreleva como parte inseparável da segurança nacional:

1 – Moral e disciplina

O estado moral e disciplinar do Exército e da Aeronáutica, a despeito das apreensões que pesam sobre o espírito dos chefes militares, em constante estado de alerta para impedir as infiltrações de elementos subversivos que chegam a iludir a boa fé de certas autoridades, apesar de ainda poder-se considerar bom, apresenta-se suscetível de bruscas variações, devido à tensão a que têm estado submetidos pelo processo comuno-desagregador em desenvolvimento no país, culminando com a indisciplina militar ocorrida na Semana Santa.

A Marinha se acha ainda em recuperação da grave crise disciplinar por que acaba de passar. A restauração da disciplina será abreviada mediante algumas medidas adequadas baseadas principalmente na aplicação rigorosa e impessoal de prescrições regulamentares e na instrução e no trabalho profissional intensos. O restabelecimento da unidade moral, com base no respeito à lei e na confiança recíproca entre comandantes de comandados, irá depender, principalmente, da ação do governo e da capacidade de comando dos oficiais.

Em essência, o desenvolvimento desse processo subversivo, sem que medidas governamentais objetivas sejam adotadas, em particular as preservadoras da hierarquia e restauradoras da disciplina fundamentais básicos da organização militar, bem acentuados na Constituição, não permitirá, dentro de muito pouco tempo, que os chefes militares mantenham seus comandos coesos, por lhes falecerem aqueles elementos essenciais de aglutinação de qualquer Força Armada.

2 – Ocorrências político-militares recentes e repercussões nas Forças Armadas

Há no país, incontestavelmente, um clima de apreensão e intranquilidade em face da ação desenvolvida por alguns políticos que, com grave desprestígio para os partidos democráticos existentes, procuram substituí-los por ajuntamentos dominados por comunistas e que, ao arripio da lei, buscam petulantemente pressionar os poderes da República mediante coação sindical através de greves políticas ou ameaças de greves. E o aspecto de uma ditadura comuno-sindical se alteia sobre a comunidade nacional, contribuindo para agravar a inflação que tanto sofrimento tem acarretado ao povo brasileiro.

O comício de 13 de março, na Central do Brasil, convocado pelo CGT e órgãos congêneres e, ao que consta, resultante de sugestão feita ao Prof. San Thiago Dantas pelo líder comunista Luís Carlos Prestes, conforme entrevista deste na ABI, publicada no *Jornal do Brasil*, de 18 de março corrente, alarmou a opinião pública e teve funda repercussão nos meios militares. Redundou ele, pela palavra de vários oradores, em agravos ao Poder Legislativo, virtual declaração de guerra às instituições democráticas e verdadeiro desafio às Forças Armadas, fiéis ao juramento de defender os poderes da União, harmônicos e independentes, a lei e a ordem. Os chefes militares das três Forças Armadas, em todos os graus da hierarquia, vêm com crescente apreensão o desenvolvimento da grave crise de autoridade que, nos dias que correm, forma, com a crise inflacionária, um círculo vicioso, a um tempo causa e efeito dos males que assoberbam a vida do nosso povo.

A ignomínia de uma ditadura comuno-sindical paira sobre a nação brasileira; os seus audaciosos arquitetos, escancaradamente, deram prazo ao Congresso Nacional para que, dentro de trinta dias, a contar da data do seu ultimato, atenda ao pedido de reforma da Constituição contido na mensagem presidencial, sob ameaça de tomarem medidas concretas, segundo a expressão dos dirigentes do famigerado CGT, não excluindo a hipótese de uma paralisação geral das atividades em todo o país. É o mesmo que os malfeitores, indiferentes às leis do país e em atitude de desafio às autoridades públicas, se reunirem e proclamarem a decisão de assaltar determinadas propriedades se não for atendida, dentro de certo prazo, a intimação feita – ‘a bolsa ou a vida’!...

O sistema comuno-sindical-grevista, na medida em que se fortalece e amplia, torna-se cada vez mais perigoso para a segurança do país.

Reafirmo a Vossa Excelência o que já, de algum tempo, venho assegurando e estou certo de expressar a opinião dominante entre os chefes militares, de que as Forças Armadas não podem dividir com nenhuma organização as suas atribuições constitucionais; a segurança do governo e das instituições democráticas só pode repousar nas Forças Armadas na sua lealdade e em sua honra militar. Não é possível, nesse terreno, a coexistência pacífica do poder militar com o “poder sindical” subversivo e fora da lei.

Inimigos das reformas são os empreiteiros da desordem aqueles que a exigem em tom de ameaça de fechamento do

Poder Legislativo, autores intelectuais da intentona de Brasília e da recente rebelião de marinheiros e fuzileiros navais. A facção sindicalista revolucionária que nos ameaça, através de hierarquias paralelas, visa ao enfraquecimento do princípio da autoridade e, mediante greves parciais e sucessivas, tais como engajamentos preliminares, pretende chegar à greve geral, equivalente à batalha de aniquilamento, com que conta tomar o poder político. Nessa ocasião, o governante democrata, iludido em sua boa fé, será eliminado do poder que não pode ser dividido; seria um corpo estranho no organismo da ditadura férrea e impiedosa.

Com a autoridade na matéria, que ninguém lhe pode negar, Lenine proclamou ser a inflação monetária, nos países capitalistas, precioso aliado do comunismo, pois que trabalha, silenciosa e sistematicamente, em seu favor. E os dirigentes desse sindicalismo revolucionário que controlam vários sindicatos de atividades essenciais e dominam órgãos espúrios e marcadamente comunistas CGT, PUA, CPOS, PAC, Fórum Sindical de Debates (Santos) etc., os quais, em Nota de Instrução nº 7, de 15 de setembro de 1963, no II Exército, denominei de serpentários, de peçonhentos inimigos da democracia, traidores da consciência democrática nacional desvirtuando as altas finalidades do sadio sindicalismo, conforme concebido pelo presidente Getúlio Vargas, parece adotarem, consciente e cavilosamente, duas linhas de ação convergentes: aprofundar o mais possível a inflação monetária (que tantas desgraças tem trazido ao provo brasileiro, inclusive o sui-

cídio do chefe de Estado, em 1954) e o solapamento da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas, mediante uma ação insidiosa que vêm exercendo sistematicamente junto a sargentos, cabos, soldados, marinheiros e fuzileiros navais.

Os resultados dessa impatriótica ação desenvolvida por inimigos do Brasil e da suas Forças Armadas, a que se têm juntado alguns deputados que se dizem nacionalistas, aí estão aos olhos de toda a nação, que não se deixa ludibriar por falsas reformas e pseudomonitores de opinião pública. Os tristes acontecimentos da Semana Santa, envolvendo marinheiros e fuzileiros iludidos na sua boa fé, são prova irretorquível desse acerto.

Uma república sindicalista, nos moldes da apregoada pelos integrantes dos órgãos espúrios a que acima me referi, só poderia ser implantada sobre o cadáver moral das Forças Armadas e os escombros da democracia brasileira republicana, federativa e representativa. A recente rebeldia de marinheiros e fuzileiros, valendo-se de motivos perfeitamente suscetíveis de serem tratados no âmbito da própria Força e que, por si só, não justificariam a atitude radical assumida, foi por eles fomentada, dirigida e alimentada: ainda emociona a nação, justamente apreensiva com o aspecto do comunismo, que busca, na destruição da hierarquia e da disciplina das Forças Armadas, criar as condições básicas para os seus criminosos desígnios.

Ainda está em tempo de resguardar a hierarquia e a disciplina militares, alicerces das Forças Armadas, da ação maléfica dos seus inimigos e que são inimigos

mortais das instituições democráticas. O manifesto de 26 do corrente do CGT e os manifestos de vários sindicatos que nele se inspiraram, de solidariedade aos marinheiros e fuzileiros rebelados, impregnados de caluniosas acusações às autoridades navais, intrigas e ameaças costumeiras, não deixou a menor sombra de dúvida quanto à autoria intelectual dos gravíssimos acontecimentos que acabam de abalar a nação inteira, tal como em 1º de setembro do ano passado com a intenção de Brasília, apoiada, senão promovida, pelas mesmas figuras cuja impunidade tem servido para aumentar-lhes a desenvoltura na prática dos mesmos crimes contra o Brasil, suas Forças Armadas e suas instituições democráticas.

As Forças Armadas estão prontas a levantar a luva atirada à face da nação por esses criminosos; estão prontas a cumprir o seu dever e assegurar em toda a plenitude o livre exercício dos poderes da União, dentro dos limites da lei, como assegurar, também, o funcionamento dos serviços essenciais à vida da população ameaçam esses brasileiros inimigos de sua pátria desencadear uma greve geral e total para impor a sua vontade ao Congresso, à custa do sofrimento de todo o povo brasileiro, convertido, assim, em indefeso refém. Isso, porém, que seria a implantação de uma indistinta e hedionda ditadura comuno-sindical que arrasaria o princípio da autoridade e o próprio regime constitucional, somente poderia ocorrer com a capitulação do Governo legalmente constituído, o qual contará sempre, para cumprir o seu dever e para a sua defesa, com a lealdade das Forças Armadas, fiéis

ao seu compromisso de honra perante a bandeira. Os comunistas sabem perfeitamente disso e, não podendo derrotá-las de frente pela força, buscam solapar-lhes a hierarquia e a disciplina, que são os seus fundamentos vitais.

As Forças Armadas do Brasil – afirmo a Vossa Excelência, senhor presidente, com legítimo orgulho e absoluta certeza por estar com elas identificado e servi-las há 47 anos – são profundamente democráticas e, portanto, favoráveis às reformas de base, cristãs e democráticas, em benefício do povo brasileiro e não contra o povo brasileiro, servindo de mero pretexto para manobras políticas de ambiciosos e desalmados inimigos da “ordem e progresso”, que supõem poder reduzir a nossa gente a um povo sem ideal cívico, de eunucos morais destituídos de amor à liberdade e incapazes de reagir. A nossa história desmente essa falsa perspectiva. A consciência cristã e democrática do nosso povo reagirá aos liberticidas e com ele, coerente com as suas tradições, as Forças Armadas, que nada mais são do que o povo fardado. Assim foi em todas as épocas, como recentemente, na crise da renúncia do presidente Jânio Quadros.

3 – Impressão sobre a situação no que concerne à segurança interna.

Apesar da ação impatriótica de alguns políticos que pretendem, como é patente, arrastar as Forças Armadas para o terreno movediço das incursões no campo de ação privativo dos partidos, dando cobertura aos seus despropósitos, elas se mantêm prontas a fazer cumprir a Constituição e as leis do País, que a todos obrigam;

têm elas sempre presentes os impostergáveis princípios constitucionais, definidores de sua finalidade.

As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei (Constituição, art. 176).

Destinam-se as Forças Armadas a defender a pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (idem, art. 177).

Sente-se, senhor Presidente, que as Forças Armadas continuam integradas no seu dever e que V. Ex^a, nelas apoiado, poderá exercer, em toda plenitude, dentro dos limites da lei, as suas atribuições constitucionais, consoante o compromisso solene que V. Ex^a assumiu com a nação brasileira, ao cingir a faixa presidencial, desde que prontamente sejam restabelecidos o princípio da autoridade e o clima de disciplina militar, profundamente abalado pelas últimas ocorrências verificadas na Marinha. Dessa forma poderá V. Ex^a, tranquilamente, agir com energia contra aqueles inimigos que buscam solapar a disciplina das Forças Armadas.

Julgo ainda do meu dever referir-me à má repercussão nas Forças Armadas do fato de haver o Presidente da República comparecido ontem à noite ao Automóvel Clube para receber homenagem dos sargentos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e das Polícias Militares, a qual degenerou, através de alguns discursos, em verdadeira apologia da indisciplina.

na e da rebeldia, dolorosa impressão que as palavras de V. Ex^a em prol do respeito à hierarquia não conseguirão desfazer.

Entendo que ainda será possível restabelecer a necessária confiança entre o Comando Supremo das Forças Armadas e estas, mediante ações e atitudes afirmativas de V. Ex^a que o seu agudo senso político ditará. Entre estas, permita-me V. Ex^a lembrar a principal: uma formal declaração de V. Ex^a de que se oporá à deflagração de greves políticas, anunciadas pelo CGT, que ordenará a intervenção nos sindicatos que, porventura, infringirem as claras disposições legais a respeito e determinará a aplicação de sanções penais adequadas de conformidade com a legislação em vigor Código Penal; Lei de Segurança; Lei de Greve (Decreto-Lei nº 9.070 de 15 de março de 1946) e Consolidação das Lei do Trabalho.

Reafirmo a V. Ex^a: nós militares, senhor presidente, somos favoráveis às sentidas reformas de base, democráticas e cristãs, desde que dentro de um clima de ordem, confiança e respeito aos poderes da União, harmônicos e independentes. A ditadura comuno-sindical que nos ameaça, como ficou expresso anteriormente, só poderá implantar-se sobre o cadáver moral das Forças Armadas e os destroços da democracia.

Esta, senhor Presidente, é, data vênia, a apreciação que, no desempenho da atribuição funcional de Estado-Maior das Forças Armadas e, portanto, de assessoria à Presidência da República, julgo do meu dever encaminhar à elevada consideração de V. Ex^a, dado o clima de intranquilidade e apreensão que, no momento, atravessa o país.

Finalmente, senhor Presidente, cumpre-me realçar que a apreciação aqui apresentada não traduz, apenas, o pensamento do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; reflete o sentimento dominante da maioria dos escalões de comando militares e dos integrantes dos diferentes graus de hierarquia militar.

Aproveito a oportunidade, senhor presidente, para renovar a V. Ex^a os protestos de meu mais profundo respeito. (a) General-de-Exército Pery Constant Bevilacqua, chefe do EMFA.”

No mesmo dia em que este relatório foi entregue ao Presidente João Goulart, 31 de março de 1964, tropas do Exército, sediadas no estado de Minas Gerais, deflagraram o movimento armado, tendo recebido o apoio das demais Forças de terra, mar e ar, bem como a inestimável aliança dos Governos de Minas Gerais, de São Paulo, da Guanabara, do Rio Grande do Sul e de Alagoas.

Sem encontrar resistência armada, o movimento de março de 1964 foi incruento e vitorioso. Posteriormente, evoluiu nos seus objetivos, assimilando as características de uma autêntica revolução, pela ruptura com a ordem jurídica anterior, o que ensejou a adoção de novo sistema constitucional. Retomava o País o curso de seu histórico processo revolucionário, iniciado na década dos anos vinte, com o ciclo das revoltas e da Coluna Prestes, culminando com a vitoriosa Revolução de 1930, que sepultou a República Velha e implantou significativo progresso social, político e econômico no País.

De 31 de março a 20 de abril de 1964, o Tenente-Brigadeiro Corrêa de Mello compartilhou o comando supremo da Revolução com o General de Exército Arthur da Costa e Silva e com o Almirante Augusto Radmaker. Nesse período, os quadros da FAB foram escoimados dos elementos considerados comprometidos com a subversão comunista, embora, ocasionalmente, alguns militares sem envolvimento subversivo tenham sido afastados do serviço ativo.

Novos chefes designados por Corrêa de Mello assumiram os Comandos e a Alta Administração da Aeronáutica, num clima de ordem e disciplina. Sentia-se um País aliviado e esperançoso, sob o governo do General de Exército Castelo Branco, que já se anunciava como Presidente empenhado na redemocratização da Pátria.

Lamentável nota dissonante, decorrente de incontrolada paixão, empanou a posse do novo Comandante da Quinta Zona Aérea, sediada em Porto Alegre, Brigadeiro Néelson Freire Lavenère-Wanderley. O novo Comandante, ao receber em seu gabinete o Tenente-Coronel Aviador Alfeu de Alcântara Monteiro e ordenar-lhe que se apresentasse à Escola de Comando e Estado-Maior, na qual estava matriculado, foi por ele desacatado e ameaçado com um revólver. Caracterizada a insubordinação, na presença do Chefe do Estado-Maior, Coronel Colares, e do Comandante da Base Aérea, Coronel Pereira Pinto, Alfeu recebeu ordem de prisão, passando a gritar ao Comandante que revogasse seu ato e, diante da recusa da autoridade, desferiu-lhe dois tiros, tendo então sido ferido mortalmente após troca de tiros com

o Coronel Aviador Roberto Hyppolito da Costa, que viera em socorro das autoridades presentes. Do tiroteio resultou duplo ferimento à bala no Brigadeiro Lavenère e a morte do Tenente-Coronel Alfeu.



Major-Brigadeiro do Ar Lavenère

Eleito e empossado pelo Congresso Nacional, o Presidente Castelo Branco escolheu para Ministro da Aeronáutica o Major-Brigadeiro do Ar Néelson Freire Lavenère-Wanderley, por sua invejável fé de ofício, simbolizando, à época, as duas vertentes da FAB de maneira admirável. Era um dos pioneiros do Correio Aéreo Nacional e piloto de guerra com várias missões no Teatro de Operações da Itália, quando atuou no 1º GAvCa como oficial de ligação junto ao 350º Grupo da Aviação do Exército dos Estados Unidos.

Ademais, a longa carreira militar e a extremada dedicação à Força, totalmente voltada para a profissão de aviador militar, na qual se destacou em todos os postos e comissões que exerceu, lhe conferia galardão e prestígio no seio da Aeronáutica. Seu período ministerial se encerrou em 14 de dezembro de 1964, quando solicitou exoneração em razão da questão havida com a Marinha – relativa à Aviação Embarcada – tendo sido substituído pelo Major-Brigadeiro do Ar Márcio de Souza

e Mello, que se manteve no cargo somente até 4 de janeiro de 1965, exonerando-se pelo mesmo motivo.



Major-Brigadeiro do Ar Márcio⁸

O GOVERNO DE CASTELO BRANCO

A Revolução de 64 foi o movimento decorrente da reação de expressiva parcela do povo brasileiro em relação ao acirramento dos conflitos políticos e ideológicos, com visível tendência para a ruptura do sistema democrático, com riscos de instalação de um regime ditatorial de cunho marxista-sindicalista.

Expressiva mobilização civil conservadora ocorreu no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte, suscitando a intervenção das Forças Armadas para preservar as instituições políticas, o regime constitucional, e fazer cessar a anarquia e a corrupção que campeavam em todos os quadrantes do Brasil.

Internamente, a inflação agrava-se e o governo Goulart perdia auxiliares de

primeira grandeza nos campos político e econômico. Houve ameaça de nacionalização de indústrias e adveio violenta restrição à remessa de capitais estrangeiros aqui investidos. Dificuldades em todas as áreas levaram à substituição do Presidente da República, dando início ao ciclo de governos militares.

Em 31 de março de 1964, as Forças do Exército começaram a mover-se para afastar Jango do poder. O Movimento encontrou entusiástico apoio da sociedade urbana e valeu uma edição especial da revista *Time* e uma separata: *The country that saved itself*, saudando o vigor com que a sociedade civil brasileira salvara o Brasil em face da iminência do comunismo.



Presidente Castelo Branco

⁸ Imagem: *site www.fab.mil.br/ex-comandantes-da-aeronautica.*

Ao assumir a Presidência, o General Castelo Branco passou para a reserva, recebendo, em consequência, o título de Marechal, o que, na época, acontecia automaticamente, em se tratando de militares que apresentassem os requisitos concernentes.

Empossado o Presidente, em 15 de abril de 1964, a Junta Militar foi incorporada ao governo, surgindo então os três primeiros nomes do Ministério: Guerra – General de Exército Arthur da Costa e Silva; Marinha – Almirante de Esquadra Augusto Hamann Rademaker Grünewald; e, Aeronáutica – Major-Brigadeiro do Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley.

Embora outros militares viessem a ocupar cargos civis, no conjunto, o ministério era essencialmente técnico e civil, e eventualmente considerado um tanto conservador.

Os outros postos foram assim distribuídos: Relações Exteriores – Vasco Tristão Leitão da Cunha, substituído, seguidas vezes, por Antônio Borges Castelo Branco Filho; Fazenda – Otávio Gouveia de Bulhões, substituído na interinidade por Roberto de Oliveira Campos; Agricultura – Oscar Thompson Filho, substituído mais tarde por Hugo de Almeida Leme, Ney Amintas de Barros Braga e Severo Fagundes Gomes; Viação e Obras Públicas – Juarez do Nascimento Fernandes Távora; Planejamento e Coordenação – Roberto de Oliveira Campos; Educação e Cultura – Flávio Suplicy de Lacerda, depois, Raimundo de Castro Moniz de Aragão (interino), Pedro Aleixo e Guilherme Augusto Canedo de Magalhães (interino); Saúde – Vasco Tristão Leitão da Cunha,

que logo entregou o cargo a Raimundo de Moura Brito; Indústria e Comércio – Daniel Agostinho Faraco, substituído mais tarde por Paulo Egídio Martins; Minas e Energia – Mauro Thibau; Trabalho – Arnaldo Lopes Sussekind, depois, Moacir Veloso Cardoso de Oliveira (interino), Walter Perachi Barcelos, Paulo Egídio Martins (interino) e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva; Justiça – Milton Soares Campos, depois, Luís Viana Filho (interino), Juracy Montenegro Magalhães, Mem de Sá, e Carlos Medeiros da Silva.

Assumi a Casa Civil, Luís Viana Filho, que se tornou na prática, secretário particular do Presidente, reunindo anotações que mais tarde lhe permitiram fazer a biografia de Castelo Branco. Na Casa Militar, ficou o General Ernesto Geisel. Criou-se, também, o Ministério Extraordinário da Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), que mais tarde ganharia importância fundamental, transformando-se no Ministério do Interior. Sua chefia foi entregue ao Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, que, já ao final do governo, renunciou, tendo sido substituído por João Gonçalves.

A intensa troca de nomes nos vários ministérios dá ideia da turbulência havida nos três anos de governo. Mudanças também ocorreram nos ministérios militares.

O Ato Institucional em vigor desde 9 de abril de 1964 abriu uma temporada de 60 dias para a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, estes últimos pelo prazo de dez anos. Logo no dia seguinte, a Junta Militar suspendeu os direitos políticos de Jânio Quadros, João

Goulart e Luís Carlos Prestes; em seguida, mais 40 parlamentares da oposição, abrindo o caminho para a eleição do Presidente.

O General Humberto de Alencar Castelo Branco, líder moral e intelectual do Movimento, iniciou, na Presidência da República, o ciclo de governos chefiados por militares. Seu propósito, claro desde o início, era o de realizar a profilaxia política, incentivar o desenvolvimento da boa prática administrativa e, o mais rapidamente possível, fazer o País retornar à normalidade democrática. Imaginava, certamente, que aquela seria a melhor contribuição dos militares ao aperfeiçoamento das instituições nacionais. Ainda que alcançada por atalhos não convencionais, a cirúrgica intervenção no processo político permitiria alcançar o patamar a partir do qual o Brasil se projetaria no cenário mundial, ostentando crescimento harmônico do seu Poder Nacional.

Faz-se mister destacar que os governos militares, malgrado evidentes diferenças, ditadas principalmente pela atmosfera política em que exerciam o poder, levaram para a chefia do executivo princípios que definiam, até certo ponto, o “udenismo”: um ideário democrático liberal, um discurso de moralização dos costumes políticos, e um modelo que buscava conciliar o modernizador estatizante com o conservador autoritário, estreitando, destarte, o espaço para os liberais, que começaram a rever sua adesão ao movimento.

Obstáculos variados, com origem na ambição e nas incontornáveis injunções políticas momentâneas, frustraram as intenções iniciais de Castelo Branco. Temendo grave

ruptura no esquema de sustentação, preferiu abdicar de seus conceitos e permitir a continuidade do regime de exceção, passando o governo ao General Costa e Silva.

O primeiro lance dessa alteração institucional, sob a gestão dos militares, caracterizou-se, no plano econômico, pela adoção do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), de características monetárias ortodoxas. À luz do Programa, adveio, no âmbito do poder executivo, intensa atividade legiferante, com efeito disciplinar sobre variada matéria. A conjuntura recuperou-se, e a inflação declinou acen-tuadamente. Instituiu-se o Banco Central, o Banco da Amazônia S/A, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), quatro programas de fomento: para capital de giro de empresas, o Fundo de Democratização do Capital de Empresas (FUNDECE); para financiamento de rendas a prazo de bens de produção nacional, o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME); para pequenas e médias empresas, o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME); e para estudos, projetos e programas, o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP). O PIB, em 1966, cresceu 5,1% relativamente a 1965, com grandes benefícios para o País.

Uma das pendências que na área militar, desde o princípio, criou embaraços ao governo de Castelo Branco foi o imbróglio da Aviação Embarcada, que tomou vulto após a compra, por Juscelino Kubitschek, do porta-aviões Minas Gerais,

tendo como objetivo aproximar Aeronáutica e Marinha em operações conjuntas. O efeito, entretanto, foi o oposto, gerando graves discussões sobre o comando de tais operações. Passaram a registrar-se, então, conflitos esporádicos entre as Armas da Marinha e da Aeronáutica, ainda que sem maiores consequências.

O Presidente decidiu colocar um ponto final na disputa, chamando para si a responsabilidade pela solução do conflito. Em agosto de 1964, aproximando-se a data de início da Operação Unitas (treinamento conjunto de militares de países pan-americanos), Castelo Branco decidiu que o comando de operações embarcadas ficaria a cargo da Marinha, mas somente com aeronaves da FAB. O Ministro da Aeronáutica, Major-Brigadeiro Néelson Freire Lavenère-Wanderley, sucessor do Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Mello, demitiu-se, sendo substituído pelo Major-Brigadeiro Márcio de Souza e Mello.

No início das operações de treinamento, a FAB constatou a presença de helicópteros da Marinha no porta-aviões Minas Gerais e, como o comandante se recusasse a retirá-los, o fato originou outra crise entre as duas Armas, provocando a renúncia do novo Ministro da Aeronáutica, Major-Brigadeiro Márcio de Souza e Mello. Em consideração ao Presidente da República, já que ninguém mais queria substituir o demissionário, assumiu o Ministério a majestática figura do Brigadeiro No Clube Militar, em janeiro de 1965, Castelo deixou claro que era contra a sua reeleição e não aceitaria uma prorrogação do seu mandato.

Entretanto, algum tempo depois, por motivo de fortes pressões, tanto de segmentos militares quanto de natureza política, quase foram inviabilizadas as eleições diretas para governadores, ocorridas em outubro de 1965.

Apesar das intenções do Presidente Castelo Branco, eleições diretas para presidente somente viriam a ocorrer mais de vinte anos depois.

BIBLIOGRAFIA

- Com exceção de poucas inserções, todo o trecho foi retirado “ipsis literis” dos Volumes 4 e 5 da obra “História Geral da Aeronáutica Brasileira”, elaborada pelo Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.
- Imagens: As imagens cujas referências não constam nas respectivas notas de rodapé foram obtidas do Google Imagens.

O Cel Av Francisco José Degrazia Dellamora pertenceu ao efetivo do INCAER como Chefe da Assessoria da História Geral da Aeronáutica Brasileira.



O MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

- DE JANEIRO DE 1946 A DEZEMBRO DE 1966 -



Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica



Conectando o passado, o presente e o futuro da cultura aeronáutica



INCAER - Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
Conectando o passado, o presente e o futuro da cultura aeronáutica
www.fab.mil.br/incaer